

tempo e presença

Publicação do CEDI. Número 214. Novembro de 1986 Cz\$ 6,00

MULHERES:

Antonio Carlos Mafalda/Agência Folhas



na construção de uma nova sociedade

tempo e presença

Revista mensal
do CEDI

Novembro de 1986

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Heloíza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores

Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável

Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação

Flávio Irala

Produção Gráfica

Sérgio Alli

Diagramação e Secretaria Gráfica

Vanderley Mendonça

Composição e Impressão

Cia. Editora Joruês

Por falha nossa, as fotos da
edição de outubro/86 (n.º 213)
saíram sem os respectivos
créditos. São os seguintes:
João Roberto Ripper/ F4:
capa, p. 22 e 24

Ricardo Malta /F4: p. 4 e 6
Cristiano Diehl Neto /F4: p. 5
Claudio Versiani /F4: p. 7, 8 e
10

Nair Benedicto /F4: p. 9
Sidney Walsmann: p. 11
Saulo Peteam /F4: p. 12
Lourdes Maria Grzybowski: p.
13

John Taylor/WCC: p. 15
CCDC: p. 15, 16, 17, 18 e 19
Juca Martins /F4: p. 25 e 27
Solidarid: p. 40
Cedi: p. 32, 33 e 34
Egon D. Heck: p. 40

Preço do exemplar avulso: Cz\$
6,00

Estive sábado, dia 11, com os colonos da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul. O que me ocorreu você pode constatar no noticiário anexo. Fiquei muito impressionado com a situação em que se encontram as 7 mil pessoas ali acampadas há quase um ano, entre as quais 3 mil crianças entre 0 e 14 anos. Metade delas apresenta evidentes sinais de subnutrição, pois as 1.500 famílias são impedidas de sequer plantar horta ou criar galinhas no terreno em que se encontram. Esta terra já foi desapropriada pelo governo, mas, como a família proprietária entrou na Justiça, ainda não foi dada integração de posse aos colonos. Assim, no acampamento, onde moram em barracos de madeira e lata, precariamente construídos, não há leite, carne, ovos, verduras, legumes ou frutas. O máximo que os colonos conquistaram consiste em cada acampado receber, por quinzena, meio-quilo de arroz, feijão, farinha, macarrão, uma lata de azeite e 250 gr. de açúcar. Agora, nem sequer podem renovar os botijões de gás utilizados para luz e cozinha, pois a polícia alega que serviriam "para fabricarem bombas".

O que no momento mais preocupa os colonos é a falta de medicamentos e alimentos. Sobretudo remédios para crianças, especialmente contra a desidratação. Assim, venho pedir-lhes um gesto de solidariedade para com aqueles que ora vivem num acampamento transformado em campo de concentração pelas tropas do governador Jair Soares. Estão cercados por 1.500 soldados, desde 29 de setembro. Peça-lhes recolher todo tipo de medicamentos e/ou remeter um cheque para a aquisição de alimentos a:

Pe. Otávio José Klein
Caixa Postal: 9.230
99.100 — Passo Fundo, RS.

O telefone do pe. Otávio, responsável pela Juventude Rural, é: (054) 312-3012 ou 312-2688. Confiante em sua solidariedade, envio-lhes meu abraço com muita amizade e esperança de vitória nesta luta.

Frei Betto
São Paulo (SP)

A carta de Frei Betto é datada de 13/10/86. Conforme informação por telefone de Laura Lorenzoni, da CPT diocesana de Passo Fundo, apesar do povo já estar plantando na área, as dificuldades continuam. Por-

tanto, permanece válido o pedido de solidariedade aos colonos da Fazenda Annoni.

A situação habitacional em Brasília é muito grave. Milhares de trabalhadores tiram de seus baixos salários uma quantia enorme para pagar aluguel. Mais difícil ainda é a situação dos que moram de aluguel ou de favor em vilas como o Paranoá. Além de sofrer falta d'água, esgoto, escolas e hospitais para todos, existem famílias com 6, 8 e até 10 pessoas morando num quatinho de 3 m².

Como o governo até agora não deu solução, centenas de famílias, que moram de aluguel, resolveram construir um barraco para poder viver um pouquinho melhor. Mas a Terracap, Empresa de Construção Civil, auxiliada pela polícia do governo, governo este formado pelo PMDB e PFL, derrubou barracos, machucou e aterrorizou os moradores de nossa vila. É assim que o governo da "Nova República" trata as questões sociais: jogando a polícia em cima dos trabalhadores.

Em protesto à derrubada dos barracos e à violência policial, acampamos com mais de cem moradores em frente ao Palácio do Buriti, tendo alguns entrado em greve de fome. Ali, depois de mais de 50 horas, recebemos o mesmo tratamento que no Paranoá: fomos expulsos pela polícia, que cumpria ordens diretas do sr. José Aparecido. Não desanimamos e fomos acampar na catedral. No dia seguinte, à noite, fizemos uma Assembléia Geral onde decidimos pelo fim do acampa-

mento e da greve de fome, para retomar a luta e a organização dos moradores na vila.

Aos moradores do Paranoá e à opinião pública de Brasília cabe ainda alguns esclarecimentos:

— o movimento foi iniciado espontaneamente pelos próprios moradores;

— a Associação dos Moradores, sindicatos, entidades civis e partidos políticos, que têm compromisso com a luta dos trabalhadores, apoiaram o movimento depois deste já ter se iniciado;

— a Associação dos Moradores não estava autorizada a fazer nenhum acordo com o governo, sendo apenas porta-voz nas negociações, ficando as decisões por conta das assembléias de moradores. Por isso não rompemos nenhum acordo, como o governo tentou divulgar;

— o que estava em jogo neste movimento era a fixação e urbanização do Paranoá, havendo por isso tanta repressão, pois o governo tem outros planos para nós.

Nossa grande vitória foi a união de todos os moradores, que mais do que nunca continuam firmes para conseguir a fixação no local, dispostos a se unir a todos que não tem casa em Brasília.

Aproveitamos para agradecer às pessoas, sindicatos, entidades e partidos políticos que apoiaram este legítimo movimento dos moradores.

A Luta continua!

Associação de Moradores de Vila Paranoá

Brasília (DF)

CADERNOS DO CEDI

| | |
|--|------------|
| Canavieiros em greve | Cz\$ 40,00 |
| Educação popular: Alfabetização e primeiras contas | Cz\$ 20,00 |
| Sexta assembléia do CMI | Cz\$ 20,00 |
| Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia | Cz\$ 20,00 |
| Roças comunitárias & outras experiências | Cz\$ 20,00 |
| Deixa vir a mim os pequeninos | Cz\$ 20,00 |

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

| | |
|--|------------|
| Volume 3 — Amapá/Norte do Pará | Cz\$ 55,00 |
| Volume 5 — Javari | Cz\$ 35,00 |
| Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins) | Cz\$ 75,00 |

Índice

Mulher

- 4 As mulheres e os sindicatos: novas práticas, velhos problemas.
Elizabeth Lobo
- 7 Mulher canaveira
Neide Miêle
- 9 Dois momentos de uma prática coletiva
Marlene Shiroma Goldenstein
- 12 Grupos de reflexão com mulheres
Elizabeth de Andrade Romeiro
- 15 Violência contra a mulher: caso policial ou social
Cleide Silva
- 17 Gritos de um silêncio cheio de medo
Nancy Cardoso Pereira
- 19 Mulher e teologia
Maria Clara Lucchetti Bingemer
- 21 Da gestação do feto à gestação da fé
Rosângela Soares de Oliveira
- 23 Pastoral da mulher marginalizada
Gabriela Silva Leite
- 24 Uma prostituta na origem do Povo de Deus
Carlos A. Dreher
- 26 Mudando o rosto da Igreja
Teresa M. P. Cavalcanti

América Latina

- 28 Mulheres latino-americanas desafiaram o nó da submissão
Cleide Silva
- 31 Os últimos momentos de uma vida de luta
Edmilson Zanetti

Bíblia hoje

- 33 A crise do refugiado
Elza Tamez

Constituinte

- 36 Mulher e constituinte
Silvia Pimentel

Igrejas

- 38 Casaldáliga celebra mártires e diz que pode ser mais um
Entrevista a Edmilson Zanetti

Livros

- 39 Dois livros sobre a relação homem e mulher

Mulheres: na luta maior pela construção da democracia

Os sinais mais relevantes da atual conjuntura brasileira e também de muitos países latino-americanos são, sem dúvida, a mobilização e organização de setores oprimidos e discriminados de nossa sociedade. Quem pode deixar de reconhecer a crescente força do movimento operário, que tem na CUT sua expressão mais concreta e significativa? E a impressionante mobilização e capacidade de luta que os sem-terra e assalariados do campo tem demonstrado nos últimos anos denunciando a injusta estrutura agrária e amedrontando os poderosos latifundiários? E quem pode ficar indiferente à causa dos povos indígenas que diariamente desafiam a sociedade nacional em todos os seus segmentos, reivindicando respeito à sua cultura, às suas terras e o seu direito de autodeterminação? E como não falar dos negros, secularmente explorados e discriminados, que tomam consciência mais aguda de sua situação e vão abrindo caminhos e reconquistando seus inegáveis direitos?

Juntando-se a esse enorme contingente de questionamento social, aparece com destaque o movimento das mulheres. Elas são presença constante em todos os outros movimentos — e destaca em muitos deles. Como elemento comum pode ser até articulador de uma luta mais global. A cada momento da caminhada, o movimento das mulheres amplia suas conquistas e amadurece suas

posições. Sua luta tem conseqüências profundas, pois questiona estruturas e tipos de relações muitos sedimentadas, tais como as familiares, as eclesíásticas e as de trabalho. Estão inclusive levantando interrogantes sobre tradicionais formas e valores que legitimam muitas estruturas de poder.

Outro elemento positivo do movimento de mulheres é que, além de ser extremamente educativo para os homens, ele torna-se fundamental para a construção de uma sociedade realmente justa e democrática. De fato, não se pode pensar em justiça e democracia enquanto a metade dos integrantes dessa sociedade são submetidos a uma série de preconceitos e discriminações. E a cada momento dessa luta contra a opressão das mulheres, não só elas, mas também os homens são libertados.

Os artigos que compõem este número de "Tempo e Presença" são apenas indicadores do significado e da intensidade do processo fecundo que tantos grupos de mulheres estão desenvolvendo nas igrejas, nos sindicatos, nas lutas do campo, na área da saúde, na reflexão teológica, no planejamento da família, na política, etc. São também denúncias contra a discriminação e a injustiça, mas, antes de tudo, se pretendem uma contribuição ativa para que se quebrem preconceitos e se possibilite a construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária.

As mulheres e os sindicatos: novas práticas, velhos problemas

Elisabeth Lobo



João Roberto Ripper / F4

Mulheres entram na cena sindical de forma definitiva.

A emergência da questão das operárias no cenário sindical brasileiro a partir do final da década de 70 já é parte da história. Desde então, entre idas e vindas, as novas protagonistas não deixaram mais a cena sindical e sua atuação interpela tanto as práticas e discursos sindicais quanto às ciências sociais.

As primeiras análises que tentaram apreender as causas e o contexto que determinaram o surgimento da questão, tradicionalmente articularam três fatores: o crescimento acelerado da força de trabalho feminina na década, as novas práticas sindicais e o feminismo. Vistos em perspectiva, quase dez anos passados desde o 1º Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas, organizado pelo Sindicato de São Bernardo, é possível talvez repensá-los sob novos ângulos, rearticulá-los, avaliando seu peso efetivo nesta aparição

das operárias no cenário das lutas sindicais como uma bomba que explode e lentamente se estilhaça espalhando no tempo e no espaço seus fragmentos.

Parece demasiado mecânico e superficial deduzir a importância que ganharam as reivindicações das operárias exclusivamente do aumento da força de trabalho feminina na indústria na década de 70. Num primeiro momento, os dois fenômenos correm paralelos. A entrada quase maciça das mulheres na indústria não se traduz imediatamente numa modificação das relações que as mantiveram como personagens quase sempre secundárias na história oficial do movimento sindical.

Mas é certo que nos anos 70 há mais operárias nas fábricas e, sobretudo, um número crescente delas passa a trabalhar em ramos tradicionalmente

masculinos, como a metalurgia, ainda que sempre obedecendo a regras da divisão sexual do trabalho que definem trabalhos femininos e masculinos.

As modificações na composição da classe operária não foram o único fator mas tiveram alguma influência na decisão de lideranças sindicais em "fazer um trabalho com as mulheres". Como ouvi de um dirigente sindical dos plásticos numa reunião de mulheres sindicalistas: "A nossa categoria tem cada vez mais mulheres e os diretores não sabem lidar com elas".

A expansão da força de trabalho feminina em outros ramos, além dos já tradicionais — têxtil, vestuário, alimentações —, terminou por dar um perfil feminino à classe operária e as direções sindicais quase uniformemente masculinas não ficaram insensíveis. Esta preocupação se traduziu em estratégias distintas de enfrentamento.



Greve numa montadora do ABC paulista: mulheres na linha de frente.

Num primeiro momento, multiplicaram-se congressos de mulheres trabalhadoras, organizadas por sindicatos de várias categorias — metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo, químicos de São Paulo, têxteis — além de alguns encontros regionais organizados nas comemorações do 8 de março e mais tarde também pelo Conselho Estadual da Condição Feminina. Nem sempre preparados junto às operárias, freqüentemente impostos “de cima para baixo”, esses eventos tiveram efeitos diversos. Por um lado, serviram de palco às denúncias e descrições que desvendaram a condição operária feminina. Os temas tabus saíram da obscuridade da fábrica, deixaram de ser queixas de mulheres para ganharem o estatuto de reivindicações e lutas: “cantadas”, violência e repressão, controle sobre a maternidade e o estado civil das operárias, não cumprimento da legislação, creche, licença-maternidade, ganharam espaço no discurso sindical.

A iniciativa dos congressos ou as tentativas de formar comissões de mulheres ou departamentos femininos, mesmo quando rigidamente propostas com o objetivo de “não separar as operárias, não dividir a classe”, têm muito a ver com as propostas de um trabalho operário e sindical de novo tipo, enraizado nos locais de trabalho, nas lutas cotidianas, nas várias formas de resistência desenvolvidas a partir da experiência de trabalho e vida na fábrica. Assim, ao se propor construir um movimento pela base, o novo sindicalismo é levado a compreender a necessidade de trabalhar com as operárias, a partir

de suas experiências, e isto não só naquelas categorias onde elas são mais numerosas, mas também naqueles ramos onde estão em menor número, bloqueadas em sessões de mulheres, à parte do mundo coletivo que é masculino. Se por outro lado, os efeitos dos congressos foram muitas vezes simbólicos, a articulação entre uma proposta de renovação das práticas sindicais foi integrando as formas cotidianas de resistência que estavam na origem de algumas iniciativas de articulação das operárias. O caso exemplar em São Paulo é o do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas, onde a partir de dois congressos organizados pela direção “pelega”, forma-se um grupo de mulheres que funciona de início como um grupo informal dentro do sindicato até que o conflito com a direção, suscitado pelas práticas de denúncia e agitação levadas pelas mulheres, afasta o grupo do sindicato. Parte do grupo se rearticula com setores de oposição à diretoria e algumas mulheres participam da chapa vitoriosa nas eleições sindicais de 1981.

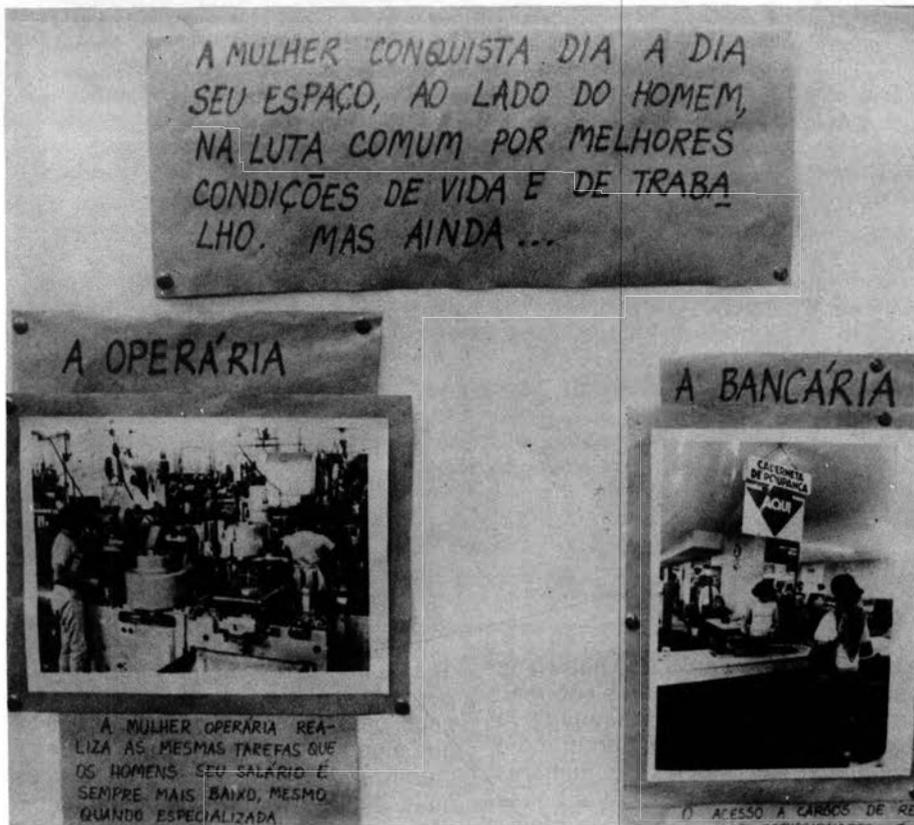
Mas nem sempre estas iniciativas se articulam com a reformulação das práticas sindicais. No sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, os dois congressos organizados (1979 e 1985), e o departamento feminino não colidiram com a política burocratizada e assistencialista do sindicato, ainda que tenham projetado algumas lideranças femininas em estrita harmonia com as tendências oficiais.

Se por um lado as novas práticas sindicais e uma maior participação

das mulheres nem sempre vêm juntas, por outro as lutas na fábrica abrem espaço para as operárias e constata-se que elas estão presentes nas greves e mobilizações. No entanto, nas formas mais institucionalizadas de participação — comissões de fábricas e mesmo Cipas — ou nos espaços da militância sindical, as mulheres ainda participam pouco e as resistências vêm tanto da representação masculina das responsabilidades ou das práticas sindicais, quanto de dificuldades concretas de tempo, mobilidade, divisão do trabalho doméstico e preconceitos por parte da família, dos maridos, etc.

Enfim, as propostas do novo sindicalismo não são suficientes para abalar as sólidas muralhas de divisão do trabalho, nem da subordinação das mulheres operárias. Mais ainda, as práticas sindicais freqüentemente reproduzem as formas da divisão do trabalho colocando mulheres em trabalhos “culturais”, de secretaria, de atendimento ao público e investindo pouco em sua formação política, em sua trajetória como liderança. Significativamente observa-se que o papel das mulheres pode ser mais importante nos momentos de constituição de um grupo ou liderança, mas diminui na medida em que o grupo se consolida como direção e se institucionaliza, tendência clássica apontada pelos(as) estudiosos(as) da participação das mulheres no movimento operário.

Estas mesmas contradições se reproduzem quando a questão das trabalhadoras chega às centrais sindicais. A atual CGT, de um lado, insiste nos



grandes encontros para aprovar propostas e fortalecer tendências (ela organizou um encontro nacional da mulher trabalhadora em janeiro de 1986 e outros: encontros regionais). A CUT, de outro lado, desempenha o papel de um imenso laboratório que está ainda por ser estudado. Desde o 1.º Congresso Nacional, é clara a grande participação das mulheres dos setores de serviços, das professoras, das camponesas e das empregadas domésticas face a uma relativamente pequena participação das operárias industriais. O 2.º Congresso permitiu, pela primeira vez, uma articulação a nível nacional e conseguiu introduzir nas teses aprovadas as reivindicações propostas pelas mulheres e já aprovadas em encontros regionais: direito a creches, extensão da licença-maternidade, aposentadoria, pleno reconhecimento das domésticas como trabalhadoras com direitos iguais e até mesmo o direito à sindicalização ainda negado às mulheres em certos sindicatos rurais.

O espaço conquistado na CUT nacional em algumas regionais mostra a existência de um "feminismo sindical" (sobre este tema ver o texto de Bianca Beccalli, "A política do trabalho feminino na Itália: mulheres, sindicatos e Estado entre 1974 e 1984", in Stato e

Mercato, nº 15). Ele se quer diferente dos outros feminismos e tem neste momento um vigor inusitado.

Cabe aqui refletir finalmente, sobre as "perigosas" relações entre feminismo e movimento sindical. Se é certo que não foram as feministas que organizaram os congressos de mulheres trabalhadoras e que as direções sindicais explicitamente temeram e se opuseram ao feminismo, nem por isto deixa de ser evidente que os temas levantados pelo feminismo na sociedade do final da década passada serviram como pano de fundo para que a questão da condição operária feminina fosse recolocada no discurso operário e sindical. Mais além dos efeitos diretos de congressos e trabalhos de mobilização, há uma identidade das operárias que se constrói nestes anos a partir das próprias práticas e lutas das fábricas, da imprensa sindical e do discurso, mas também da discussão que se instaura na sociedade. Dentro dos sindicatos, às reivindicações mais tradicionais das trabalhadoras se integram novos temas suscitados pelo feminismo: a sexualidade, a contracepção, o aborto, que, aparecem nas discussões e nos cursos de formação.

Como se estabelece a relação entre as "questões sindicais" e "questões

feministas"? Passa muitas vezes pelas ativistas sindicais que militam no espaço do sindicato e do movimento, pelos espaços comuns dos muitos encontros de mulheres ou de feministas, mas recupera uma problemática da discriminação das mulheres e da necessidade de lutar que se estende por espaços tão heterogêneos quanto os das camponesas do Brejo Paraibano, as sem-terra do Rio Grande do Sul, as domésticas cariocas e as operárias e professoras paulistas.

A consciência da opressão e das discriminações não dilui as diferenças freqüentemente formuladas sob as formas do "nós e elas". Nós, as trabalhadoras; elas, as feministas. Por isso mesmo, o feminismo sindical é, ao mesmo tempo, feminismo socialista e recupera a fórmula "não há socialismo sem liberação da mulher, não há liberação da mulher sem socialismo."

Na medida em que o feminismo sindical integra os temas feministas, resta saber se o espectro mais tradicional das reivindicações das trabalhadoras, centrado na legislação protetora do trabalho feminino na proteção à maternidade. Por um lado, a denúncia sistemática das "cantadas", da discriminação e da violência contra as mulheres já avança a questão da subordinação articulada às formas da discriminação no trabalho.

Mas os pontos críticos da desigualdade entre trabalhadoras e trabalhadores — a diferença salarial disfarçada sob a roupagem da desqualificação das tarefas femininas, a "ghetização" das mulheres em ocupações não profissionais — para serem enfrentados efetivamente, precisarão combinar a temática feminista da necessária relação de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres com a renovação do enfoque do movimento operário e sindical sobre velhos e tradicionais temas como o trabalho, a qualificação, a paridade, as carreiras e a divisão sexual das tarefas. A relação aparentemente perigosa entre feminismo e movimento sindical traz embutida uma grave ameaça, não de despolitização do sindicato, nem de burocratização de um feminismo libertário, mas de ruptura com a velha estrutura da divisão sexual do trabalho de subordinação de homens e mulheres — forma perversa de uma sociedade de opressões e desigualdades.

Elisabeth Lobo é professora de Sociologia Depto. de Ciências Sociais da USP.

Mulher Canavieira

Ela existe, participa e começa a exigir os seus direitos

Neide Miele



Uma figura pouco notada, às vezes quase invisível, que começa a evidenciar-se.

Nos destaques dados pelos meios de comunicação às lutas dos assalariados da cana, especialmente nos momentos de greve, começa a evidenciar-se uma figura até então pouco notada, às vezes quase invisível: **a mulher canavieira**.

Não que ela fosse alheia ao trabalho, muito ao contrário, a mulher canavieira, como a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção, em todos os lugares e em todos os tempos, sempre contribuiu não só para a subsistência de sua família, mas também para a criação da riqueza social. Apesar disso, historicamente, esta sua contribuição foi descaracterizada, mascarada e o seu papel social sempre foi minimizado.

Na região canavieira da Paraíba, esta tendência começa, no entanto, nos anos recentes, a se reverter e as mulheres começam a quebrar os grilhões da passividade, do confinamento ao

lar e da subserviência socialmente construída ao longo de séculos. Elas começam a ocupar um espaço social e político até hoje ocupado predominantemente pelos homens, ou seja, o espaço sindical, o espaço da luta, do enfrentamento, da greve.

CASA E ROÇADO: A MULHER NA ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

Tradicionalmente, na organização do trabalho familiar, a mulher estava associada à **casa**, enquanto o homem estava associado ao **roçado**.

Embora coubesse à mulher desempenhar tarefas específicas no roçado, as decisões sobre o que plantar e em que momento fazê-lo, o que vender e em que quantidade, a destinação da renda obtida com a venda do produto,

sempre ficaram sob o controle do homem, o chefe da família.

O trabalho feminino era considerado tangencial e acessório, pois ao homem cabia o sustento da família e, portanto, o chamado trabalho produtivo.

Este reconhecimento social do trabalho masculino na organização do trabalho familiar trazia também a possibilidade de participação nas lutas do mundo do trabalho, de participação sindical — espaços públicos — dos quais a mulher estava excluída.

O ASSALARIADO E A MULHER NA PRODUÇÃO DA CANA

A mulher, ao ser absorvida pelo mercado de trabalho, seja ele urbano ou rural, tende a ser integrada em tarefas que guardam alguma relação com a chamada "especificidade feminina". Vamos encontrar este fenômeno tam-

bém na produção canavieira. Ao ser absorvida pela produção capitalista, agora numa relação bem definida — como assalariada — a mulher tende a ser colocada nas mesmas tarefas consideradas como femininas, antes realizadas numa relação de "ajuda" ao homem, nos tratos necessários ao roçado.

Na região canavieira do Nordeste, o fenômeno do assalariamento da mulher é recente. A crescente ampliação pelo capital do uso da mão-de-obra feminina na produção da cana-de-açúcar, deslocando o tradicional espaço da mulher camponesa na organização familiar do trabalho para o trabalho assalariado, pode ser explicado pela conjugação de dois processos: de um lado, a acelerada e contínua expulsão dos "moradores", rompendo o vínculo de moradia dentro da propriedade, dificultando ou impedindo o acesso à terra, transformando-os num contingente totalmente liberado para vender sua força de trabalho como assalariados. Este processo se intensifica a partir dos anos 60, fazendo com que um número cada vez maior de componentes da unidade familiar tivessem que se assalariar a fim de garantir sua subsistência e sua reprodução; de outro lado, o processo de modernização da lavoura canavieira (especialmente depois da implantação do Proálcool) que passa a adotar largamente o uso de fertilizantes e a absorver este contingente de trabalhadores liberados, especialmente as mulheres, para a execução das tarefas de adubação. Apesar de estarem inseridas em quase todas as atividades necessárias ao cultivo da cana, as tarefas de aplicação dos fertilizantes são quase que exclusivamente executadas pelas mulheres.

Na região litorânea da Paraíba, por ser a região onde se iniciou e se intensificou, tanto a modernização da produção, quanto o processo de expulsão dos moradores, também é mais expressivo o número de mulheres assalaria-

das na lavoura canavieira, se confrontando com outras regiões.

A forma de assalariamento da mulher canavieira é, em geral, pelo sistema de diária, enquanto que ao homem a remuneração é feita pelo sistema de produção. Ao analisarmos esta diferença (homem-produção x mulher-diária), podemos constatar que não é a natureza da tarefa, mas sim os valores culturais que funcionam como fatores determinantes. Por outro lado, a remuneração da mulher é sempre menor que a do homem, mesmo que sua produtividade seja maior. Discutindo estas questões com uma canavieira, ela nos disse: "Quando a gente reclama com o empregado, ele diz: 'E tu queres ganhar igual a um homem, é?'"

MULHERES

CANAVIEIRAS VÃO À LUTA

Durante as duas greves ocorridas na zona canavieira da Paraíba (84 e 86) a participação das mulheres foi algo a ser destacado, tanto em número, quanto pela sua qualidade. Sua participação se deu tanto ao nível da animação/mobilização nas assembleias permanentes dos sindicatos, quanto na realização dos piquetes. Reprodiremos aqui alguns depoimentos colhidos:

— Teve muita mulher participando da greve?

— Mas tá! Teve um bocado! Era o dia todinho sentado naquela grama acolá. Ficou tudo liso. Penso que ainda hoje não nasceu nenhum capim. Era lá o dia todinho. Quando vinha uma turma almoçar, ficava outra. Era assim, tanto de homem como de mulher. Não faltava gente lá. Teve muita gente bamba

mesmo. Tem gente que hoje em dia ainda anda chorando por outra greve. **(trabalhadora sindicalizada do distrito de Livramento, Santa Rita, PB).**

— Tinha muita gente nos piquetes?

— Tinha, tinha muita mulher. Só queria que a senhora visse. Era uma procissão, tanto de criança como de mulher, como de homem. Quando a gente chegou lá, demos de cara com a polícia. Eles disseram: "Corre! Tem 15 minutos para desaparecer!" Aí chegou o administrador e falou com a polícia. Aí deu mais arma prá polícia. Só sei que a polícia saiu correndo atrás da gente: "Desaparece! É 15 minutos prá desaparecer!"

(trabalhadora não-sindicalizada, referindo-se ao piquete ocorrido na Usina São João, município de Santa Rita, em 1984)

AS REIVINDICAÇÕES DO DIREITO

A participação das mulheres canavieiras não se dá apenas ao nível das mobilizações durante as greves. Começam a despontar pequenos grupos organizados, no sentido de incluir reivindicações próprias no conjunto da pauta de reivindicações apresentada pelo movimento sindical. Esta constatação pode ser feita através de certos itens constantes das pautas apresentadas nos últimos anos: proteção à gestante, equiparação salarial aos homens, afastamento remunerado em virtude de internamento hospitalar de filho menor.

O fato de haver reivindicações específicas não implica que às mulheres não interessem os outros itens da sempre extensa pauta de reivindicações do canavieiros, já que elas estão, como força de trabalho, submetidas aos mesmos mecanismos de exploração que os seus companheiros. De fato, várias lideranças femininas vêm se destacando nas diretorias sindicais e nos movimentos de luta pela terra. Ao mesmo tempo as organizações de mulheres tomam vulto e cresce sua força contra as barreiras que se opõem do desempenho do seu papel político e social.

Neide Miele é professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.



Dois momentos de uma prática coletiva

Marlene Shiroma Goldenstein

Em 1979 surgia o Grupo de Mães do Jardim Imperatriz, na periferia sul da cidade de São Paulo, com o propósito de reunir as mulheres, realizar atividades conjuntas e autoconstruir uma creche no bairro.

Nas tarefas de divulgação da proposta e de conquista de um local para a creche, o grupo foi ganhando identidade e reconhecimento no bairro. A partir dos debates sobre a educação que desejariam dar aos filhos, começou nossa participação nos trabalhos e a organização da primeira pesquisa na área.

Neste relato vamos contar dois momentos, em cinco anos de atuação do grupo de mães: o primeiro, quando o grupo conversa apenas com as mães. O segundo quando o grupo de mães convida os pais para conversas coletivas.

Queremos contar como esta experiência, sistematizada através de uma metodologia participativa, permitiu a todos nós uma reflexão sobre a capacidade transformadora de novas experiências, especialmente quando elas nos revelam o alcance de nossa prática coletiva.

AS MÃES DO GRUPO VISITAM AS MÃES DO BAIRRO

O projeto da creche e a educação dos filhos levou o Grupo de Mães a percorrer o bairro para ouvir as outras mães.

Visitar cada casa foi uma experiência desafiante. Conversar com a moradora, às vezes convencê-la a falar sobre sua vida, anotar suas opiniões, foi um contato que possibilitou inúmeros conhecimentos novos, identificações e amizades. Cada mulher recolhia informações valiosas para o projeto comum, se emocionava e se solidarizava com os problemas das famílias e com a gravidade de algumas situações.

As reuniões eram tomadas pelo relato de cada conversa individual. Na fala



Mulheres reunidas discutem seus problemas

João Roberto Ripper/F4

das mães havia lamentação e sofrimento que não ganhavam força explicativa e mobilizadora, nem da parte da mãe que falava, nem da parte da mãe que ouvia. Sozinhas, as mães não conseguiam responder às mulheres do bairro que viam seus problemas como individuais. Coletivamente, as mulheres do grupo viviam a necessidade de responderem imediatamente ao compromisso que o drama de cada família criava.

Mas o que propor quando os problemas apareciam como individuais? Como as mães poderiam ser identificadas na condição de vizinhas e de representantes de um grupo com um projeto coletivo? Como diminuir o isolamento das mulheres do bairro constantemente oprimidas por um cotidiano cheio de privações? Como romper com a visão que tendia a harmonizar o que era tenso e contraditório? Como ver nos problemas, expressos individualmente, os problemas sociais?

O grupo começaria a responder estas indagações num outro momento de

sua história, quase dois anos depois...

O GRUPO DE MÃES CONVIDA OS PAIS PARA CONVERSAS COLETIVAS

No primeiro ano de atividade, o grupo divulgou, através de uma publicação popular, os problemas do bairro, as conquistas do grupo e convocou os moradores para participarem das lutas. Da necessidade de se conhecer os pequenos resultados dessa divulgação, o Grupo de Mães decidiu convidar os pais para participarem juntos.

Uma parte das mulheres temia pelo confronto de sua prática com a atuação dos homens, mas vencidas as divergências, começamos um novo momento da nossa prática coletiva.

Convidamos os casais do bairro para participarem de conversas em pequenos grupos sobre os problemas da região. Sabíamos que muitos maridos não participavam e que alguns impediam a participação da mulher.

A cada sábado fomos reunindo, simultaneamente, três grupos de homens e mulheres e distribuindo um re-

sumo de cada reunião a todos os participantes.

Nas conversas em grupos, homens e mulheres falavam de experiências e problemas que não eram mais individuais.

Irene e Marcolina, por exemplo, não estavam conseguindo trabalho e pediam ajuda. Joana também queria trabalhar fora, mas tinha seis filhos, o mais velho com nove anos, três na primeira série, dois na pré-escola e um na creche. O marido Luiz apoiava a mulher:

"Então não há condições dela trabalhar! Mesmo se aparecer emprego, não dá! (...) Toda mulher precisa trabalhar... O serviço às vezes não é só 'precisão'. A mulher em casa sabe que a luta não é fácil. Ela trabalhando tem a vida maior, tem um poder maior de coragem, se anima mais, ela tem outra disposição, porque dentro de cada não é como fora. Ela tem um desenvolvimento bem mais melhor. Trabalhando ela está aprendendo, ensinando, e abrindo qualquer coisa."

Erci concordava com Luiz e dizia não se conformar com o fechamento da tecelagem onde ela trabalhou a vida toda. Vários maridos desempregados falavam da desativação da indústria metalúrgica onde trabalhavam. Os desempregados mostravam o desespero de suas andanças pelas fábricas, discutiam alternativas e se perguntavam sobre o significado da "política do governo pro trabalhador".

Estas falas ganhavam maior força e significado uma vez que não eram conversas individuais, mas eram depoimentos dirigidos a um grupo de vizinhança que reagia, se solidarizava e manifestava a certeza de que qualquer solução exigia uma ação coletiva.

Nas conversas em grupos, alguns moradores traziam dúvidas e indagações e todos tentavam buscar respostas:

"Eu não entendo. A gente vive numa rua escura. Não precisava da gente pedir. Ninguém pode viver sem luz, ninguém pode viver sem água. Todo mundo sabe disso e a gente vai passando a vida no barro, no meio do mato aí..." (Generosa)

Os participantes perplexos respondiam: "é porque somos pobres". Mas a evidência não satisfazia. "Rico não precisa pedir, pode pagar"; "o problema do rico é diferente do problema do pobre"; "que governo é esse que não olha pra periferia?". A discussão prosseguia e Antonio a certa altura arrematava:

"O governo é um grupo, que nem nós somos, só que eles delibera aque-



João Roberto Ripper/F4

Como diminuir o isolamento da mulher oprimida?

le negócio lá, que cai tudo em nós... O governo não é um sozinho, é um grupo igual nós, só que com outro interesse."

A idéia de que "o governo não é um sozinho" procurando favorecer o interesse de todos, começou a esclarecer a necessidade da organização dos moradores na defesa de seus interesses e a revelar a importância daquelas reuniões coletivas.

As mulheres relatavam acontecimentos da casa e da escola e os maridos contavam ocorrências semelhantes nos seus locais de trabalho. Neste confronto entre visões e versões, os participantes iam percebendo que os problemas sociais não poderiam ser compreendidos ou enfrentados isoladamente. Essas descobertas faziam crescer a colaboração dos maridos enriquecendo a percepção das mulheres.

Angelo, Enio e Mané, por exemplo, davam índices da dívida externa, falavam da rotatividade da mão-de-obra, "dos esquemas pra manter o nível dos lucros", tentando mostrar como essa política econômica agravava suas condições de vida e "tava matando as famílias". Zilda interrompeu para pedir: "esses problemas não podemos resolver. Vamos discutir o que a gente pode resolver. Será que não podemos fazer alguma coisa pela escola dos filhos?"

Os maridos então procuraram mostrar que a educação na escola "não é desligado de tudo que 'tamo falando aqui; não é desligado, porque todos os problemas é um problema só!"

OS RESULTADOS DO OLHAR PARA FORA DO GRUPO

As mães, sempre envolvidas com outras mulheres na creche e na oficina de costura sentiam-se seguras de "ficar só entre si".

Mas, participar das conversas coletivas se revelou uma experiência surpreendente, colocando em questão a insegurança das mulheres e novas exigências para a prática coletiva.

Presenciar seguidas conversas em que homens e mulheres traziam experiências vividas no bairro e na fábrica, foi decisivo para os participantes transformarem sua visão pessoal sobre as desigualdades sociais numa visão coletiva dos problemas sociais.

As reuniões de grupos mistos e a dinâmica utilizada alteraram as oportunidades de participação e os participantes daqueles encontros. O enfoque dos problemas passou a integrar-se num conjunto explicativo — ainda in-



João Roberto Ripper / F4

Nas conversas surgiram novas perspectivas de conhecimento e ação

completo, todavia articulando o mundo do trabalho e o cotidiano familiar. O Grupo de Mães acabou recolhendo apreciações e críticas que não haviam aparecido nas visitas que fizeram às mães do bairro.

A sistematização das conversas e propostas possibilitou ao Grupo de Mães ir refletindo sobre a experiência, ao mesmo tempo em que elas vivenciavam novas perspectivas de conhecimento e ação e descobriam enormes potencialidades no grupo.

Ao olharem para fora, as mulheres

começaram a compreender o que se passava no interior de seu grupo. Reolhar, de outros ângulos, com muitos olhos, uma realidade aparentemente tão familiar possibilitou às mães recuperar a dimensão política das atividades do grupo, que começavam a virar rotina.

Marlene Shiroma Goldenstein é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e trabalha com educação de adultos na periferia da Grande São Paulo.

Grupos de reflexão com mulheres

Elizabeth de Andrade Romeiro *

Pretendemos nesse artigo falar da questão da saúde da mulher a partir do que sentimos, ouvimos, trocamos e aprendemos com todas as mulheres que participam conosco dos grupos de reflexão e informação que fazemos no Ambulatório 13 de Maio — Inamps — no centro do Rio de Janeiro.

Agape

Em maio deste ano, o presidente do Inamps assinou a Resolução 123, que dispõe sobre a **Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Esta resolução, fruto também da reivindicação de diferentes movimentos de mulheres, veio respaldar o trabalho de vários profissionais e grupos autônomos que já desenvolviam práticas no sentido de prestar atendimento à mulher em todas as fases de sua vida, colocando como fundamental sua participação efetiva no tratamento e reconhecendo o direito à informação e decisão sobre seu corpo, sua saúde, sua vida.

A ênfase que tem sido dada ao planejamento familiar desloca esta questão da atenção integral à saúde da mulher. A expressão "planejamento familiar" restringe essa prática ao âmbito da família. Nesse texto, substituímos essa expressão por **opção pela concepção ou anticoncepção**, por incluir todos os indivíduos que, no exercício de sua sexualidade, optaram ou não por ter filhos. Entendemos que a "reprodução humana é um direito individual de homens e mulheres nascido da possibilidade e desejo de continuidade da espécie, é dever da humanidade respeitar esse direito" (Impresso "Breve Declaração dos Direitos da Reprodução Humana", Comissão Especial dos Direitos da Reprodução — Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, março/86).



No momento, a desinformação sobre o corpo e a sexualidade, a inexistência de serviço público de saúde com atendimento adequado à concepção e anticoncepção e as precárias condições de vida da maioria de nossa população, tem influído drasticamente para que a esterilização feminina seja

adotada como método anticoncepcional e o aborto como recurso diante de uma gravidez indesejada.

Ser cliente de um serviço público de saúde tem sido uma vivência, na maioria das vezes, sofrida. Ignorar essa rea

*Colaboraram Ana Maria de Vasconcelos, Eliana Pereira de Mendonça e Florinda Pinheiro de Oliveira

lidade é ficar numa posição de "faz de conta que...". Buscar a sua transformação requer o compromisso e a participação da população e dos profissionais de saúde.

Tendo estas questões permanentemente colocadas, é que nos propomos a um encontro com as mulheres que procuram o ambulatório para tratamento.

O TRABALHO

Somos um grupo de profissionais (assistentes sociais, enfermeiros, médicos e psicólogos) que, repensando sua prática numa instituição pública de saúde, vem realizando grupos de reflexão e informação com os usuários. Nesse artigo vamos focar o trabalho com mulheres nas clínicas de ginecologia e obstetrícia.

Fazemos dois tipos de grupo:

— grupo de sala de espera realizado com mulheres no dia que vêm para consulta. São convidadas a participar de um debate sobre assuntos que sejam de seu interesse;

— grupo continuado semanal em que as mulheres participam o tempo que acham necessário, aprofundando as questões que desejam e estabelecendo um vínculo maior com as outras participantes.

COMO CHEGAM AOS GRUPOS

Para os grupos de sala de espera elas são convidadas na hora, pelos técnicos.

Para os grupos continuados são informadas por amigas e parentes ou encaminhadas por médicos, psicólogos e outros serviços que já conheçam nosso trabalho. Chegam também por iniciativa própria ou a partir da participação nos grupos de sala de espera.

O DEBATE...

'NOSSO ENCONTRO

"Moça onde fica a sala para pegar o resultado do exame?"; "Ligar as trom-

Refletir sobre o cotidiano faz a mulher compreender sua situação de submissão

Agape



pas deixa a mulher fria?"; "Por que cobram INPS do aposentado?"; "Mulher virgem pode fazer exame ginecológico?"; "Por que na consulta não ouvem e não olham pra gente?"; "Aqui tem muita fila"; "Lá no subúrbio a gente tem que pegar número de madrugada"; "Aqui marcam consulta, por isso venho de longe"; "Por que o exame preventivo aqui não é completo?"; "Precisa melhorar o posto de saúde perto da minha casa"; "Para mim não explicaram nada quando fiquei moça. Com minha filha já sou diferente, mas também não sei muito"; "Sou mulher fria e não sei o que é ser mulher."; "Não sou mais mulher, agora sou avó, fiquei viúva, não preocupo mais com esses problemas de mulher."; "Como evitar filho na menopausa?"; "O DIU machuca?"; "Fico nervosa com a pílula"; "Liguei as trompas para não precisar lembrar disso todos os dias."

A partir do que falam desencadeia-se no grupo uma troca de opiniões, informações, sugestões, vivências e conhecimentos que durante 60 minutos constituem o conteúdo de reunião. Para algumas questões, tem-se resposta

no mesmo dia, para outras, sugestões de solução e, para outras mais, desperta-se para assuntos até o momento não pensados ou que são vividos indelicadamente. O debate tem sido para muitas mulheres uma possibilidade de falar sobre assuntos que não conseguem conversar em casa, no trabalho, na igreja ou com amigos. Nas reuniões aparecem medos, vergonhas, dúvidas guardadas há muitos anos e que ao serem compartilhados com outras mulheres começam a ser enfrentados.

Os grupos de sala de espera não se repetem. Através deles, percebemos o que mais aflige as mulheres na vida e nos serviços de saúde. Eles sinalizam permanentemente o que elas mais necessitam. São, para as mulheres, instrumento de veiculação de informação dando oportunidade a conhecimento de recursos e de um local a que possam recorrer. Mostram para nós, caminhos a seguir...

Nos grupos continuados vamos observando aos poucos o crescimento. Percebemos mudanças no físico, quando começam a se arrumar, a se

pintar, a se cuidar. Vão mudando a maneira de chegar. De muito chorar ao sorrir, abraçar e brincar. Do silêncio e acanhamento para o falar e se sentir mais à vontade. Vão mudando a forma de explicitar o problema, de situar o pensamento. No início perguntam, falam e se calam. Com o tempo vão se encaixando nos assuntos, já concluindo, informando, sugerindo, mostrando e explicando suas idéias e soluções. Resgatam discussões antigas e as relacionam com a questão do momento. Aos poucos, vamos entendendo nossa história comum de mulheres; o que nos ensinaram e o que nos ocultaram; por

desenvolvimento da nossa autonomia como indivíduos.

Trabalhar com grupos de reflexão nos permite compreender a importância de se respeitar cada pessoa em seu processo de desenvolvimento. Não se deve querer homogeneizar idéias, impor padrões de comportamento. Cada pessoa é uma pessoa com sua história, sua religião, sua cultura.

Significa também a possibilidade de construir relações de respeito e afeto entre os seres humanos para acabar com as ameaças que pairam sobre a vida de cada um de nós.

Esse processo tem sido muito rico para nós, técnicos. Como mulheres também vivenciamos esses problemas. Enquanto trabalhamos estamos mudando também.

É estimulante trabalhar nesses grupos.

ARREMATANDO

A política de atenção integral à saúde da mulher pode vir a ser um instrumento para introduzir mudanças qualitativas na prestação de serviços de saúde.

Nair Benedicto/F4



Mulheres começam a participar dos grupos na sala de espera

que somos assim e de que temos medo; o que queremos para nós?; que tipo de relacionamento temos com nossos pais, amigos, companheiros e filhos; o que foi prescrito para a mulher e o homem e o que isso traz de problema para ambos; por que estudamos ou não estudamos; onde moramos e o que isso tem a ver com nossa saúde e nossa vida; o trabalho, a água, a luz, o posto de saúde...; o conhecimento do corpo; o exercício da sexualidade; a opção entre a concepção e a anticoncepção; a sexualidade do adolescente; a constituição, a eleição, as greves, etc... Todos esses assuntos surgem e são refletidos nos grupos.

Refletir sobre nosso cotidiano significa compreender a posição de submissão a idéias e valores autoritariamente impostos nos diferentes momentos de nossas vidas e caminhar no sentido do

Alguns depoimentos nos mostram o que tem sido participar dos grupos para algumas pessoas:

— “As quatro paredes de minha casa me deixaram com o cérebro fechado”;

— “Hoje me sinto menos culpada em relação à minha mãe e à minha filha”;

— “A gente muda quando se revolta com a situação da gente, foi assim comigo”;

— “Posso até morrer, mas não apinho mais do meu marido”;

— “Aqui falo sobre o que penso e sinto”;

— “Agora vou trabalhar. O que precisava já consegui. Se precisar de novo posso voltar?”.

Assim como esses, muitos e muitos outros...

A participação da população no interior das instituições, a articulação com os movimentos sociais de mulheres e o trabalho dos profissionais de saúde comprometidos com um projeto de mudança é que darão garantia para que essa política não seja apenas um discurso ou instrumento para aqueles que querem apenas “controlar a natalidade”.

Queremos um atendimento à saúde mais humano em que a relação profissional/usuário seja de respeito e de afeto, em que a pessoa possa ouvir e ser ouvida, dispor das informações de que necessita, ter garantia do tratamento continuado e acesso aos meios para realizá-lo.

Elizabeth de Andrade Romeiro é assistente social e faz parte da “Comissão de Educação e Saúde” do Centro de Estudos do PAM 13 de Maio — Inamps/RJ.

Violência contra a mulher: caso policial ou social?

Cleide Silva



Agência Folhas

Desde que nasce, a menina é educada para casar e ter filhos. Após passar a infância "brincando de casinha" e com bonecas (para adquirir o hábito de ser mãe), ela recebe a tarefa de conquistar um homem e ser boa esposa e boa mãe.

O menino, ao contrário, é educado com total liberdade. Ensinam-lhe, mais tarde, a ser macho e nunca chorar, ter relações com quantas mulheres conseguir e até mesmo nos brinquedos são levados a se comportarem sempre como heróis (que usam armas e derrotam os adversários).

O estereótipo da mulher como o segundo sexo, complemento, inferior, propagado pela família, pela escola, pelos meios de comunicação e pela própria sociedade, tem levado o homem, ao longo da história, a se considerar dono todo poderoso do sexo oposto.

"MULHER GOSTA DE APANHAR"

Mas porque o ser masculino pensa que pode (tem o poder de) agredir a mulher?

"O homem faz da mulher um instrumento da sua vivência", explica Glória Gonçalves Costa, 50 anos, atendente de enfermagem, quando aguardava atendimento da DPDM. Seu marido, com quem é casada há 22 anos, arrumou uma amante, largou o trabalho de músico e passou a "atacar" a esposa e a filha única do casal. "Faz quatro anos que levo uma vida de sofrimento. Já pedi a separação e até ofereci pensão, mas ele não aceitou. Agora começou a nos agredir e por isso vim aqui", lamenta Glória, afirmando ter amado, o esposo "tudo o que podia, hoje não sinto nada por ele, só pena".

Embora seja a classe média quem denuncia mais, o fenômeno da violência passa por todas as classes sociais, seja pelo problema econômico, pelo alcoolismo, drogas ou machismo.

Mancando por haver levado um chute no abdômem, Maria Rita da Cruz, 21

Somente no mês de junho, de acordo com dados disponíveis na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DPDM), foram registrados, em São Paulo, 108 casos de agressões, 181 de ameaças, 133 de desinteligência (discussão sem agressão) e 15 estupros. Esses dados oficiais, no entanto, são inexatos em relação à realidade. É certo que a maioria das mulheres ainda não denunciavam as violências sofridas.

A violência presente no dia-a-dia da

vida de muitas mulheres está longe de ser extinta, mesmo porque ela não se resume no abuso físico, mas na própria formação e educação do ser feminino. Ao longo dos anos, a mulher tem sido preparada para ser objeto de prazer do homem e fábrica de criação de filhos. Portanto, a violência empregada por homens como forma de dominar e subjugar a mulher não é uma questão somente policial, é antes de tudo social, educacional, cultural e ideológica.

anos, conta ter se separado do homem com quem viveu cinco anos, "porque ele me batia muito". Após três inúteis queixas à 35ª Delegacia no Jabaquara, por agressão com arma de fogo, ferimento com vidros e espancamento, Rita foi à Delegacia da Mulher porque o ex-companheiro continua a agredi-la e ameaçá-la de tomar os três filhos, que passam o dia em uma creche, enquanto a mãe trabalha no setor de limpeza da Conservadora Pioneira. "Não quero que meus filhos cresçam revoltados. Eles me viam apanhando e começavam a chorar. O maior até precisou ir ao psicólogo por estar com problemas", diz ela.

AS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

O Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, foi criado em 1983, no intuito de ser um instrumento para uma política global destinada a eliminar a discriminação que atinge as mulheres. Subdividido em várias comissões como saúde, educação, violência, etc., o Conselho atua principalmente na área de formação, no sentido de orientar as mulheres nos seus direitos mais elementares.

A Comissão contra a Violência à Mulher, coordenada por Cida Medrado, tem duas diretrizes básicas de atuação: produção de folhetos, áudio-visuais, vídeos e palestras para orientar as mulheres na prevenção à violência e o atendimento às vítimas, que levou à

criação da Delegacia de Defesa da Mulher, em agosto de 1985. Mais tarde, seriam fundadas outras quatro delegacias nas zonas Leste, Norte, Oeste e Sul de São Paulo, além da implantação em algumas cidades do interior, assim como em outros estados, somando um total de 28 postos policiais em todo o Brasil.

Funcionando no prédio do Degran, no Parque Dom Pedro II, em São Paulo, a 1ª DPDM já atendeu quase setenta mil mulheres, mas nem todas eram casos de polícia. De sete mil boletins de ocorrência elaborados, 70% são de agressões, a maioria "domésticas" (cometida por esposos, filhos, pais e irmãos) e 30% são crimes sexuais, principalmente estupro.

A delegada titular Rosmary Corrêa informa que a delegacia atende de 100 a 150 pessoas por dia e muitas são encaminhadas ao Coje — Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher, o qual fornece serviços na área jurídica e psicológica, gratuitamente, quando o caso não é da competência da polícia. Outros órgãos de encaminhamento são o Pró-Vida, o Centro Oscar Romero e diversas entidades que trabalham com mulheres, dependendo do caso denunciado. Para a delegada, acabar com a violência "é uma utopia, o que se pode tentar fazer é diminuir sensivelmente a situação, através da conscientização e da educação do homem para ele saber que a violência é crime".

Embora não tenha diminuído, a criação da DPDM tomou o fenômeno da violência contra a mulher visível - há fatos concretos provando que ela existe e precisa se erradicada.

No encontro realizado no mês de setembro, em Brasília, DF, entre delegadas e funcionárias de Delegacias de Mulher, o balanço de um ano de funcionamento dessas instituições revelam o registro de 14.182 queixas em todo o país, das quais, 8.863 são casos de agressões físicas com lesões, 3.651 ameaças de morte, 952 estupro e o restante de outras violências.

Mesmo com a sua proliferação, as delegacias necessitam ainda de recursos humanos e materiais, assim como toda a polícia, de acordo com a delegada Rosmary Corrêa. A maior reivindicação das mulheres que procuram o órgão é a falta de um abrigo para as que correm risco eminente de vida, caso voltem para casa. Esse pedido, segundo Cida Medrado, está sendo estudado e até o final do ano haverá uma resposta da Secretaria de Segurança. Ela acrescenta que, mesmo após a implantação das DPDM não é possível medir se a violência à mulher diminuiu ou não, "mas acredito que os homens, sabendo da possibilidade de punição, vão pensar antes de cometer a agressão".

Este fato, no entanto, não intimidou Aparecido Vanderlei Leonil. Ele agrediu sua companheira após três semanas de separação. Ela o denunciou, mas ele não compareceu para prestar depoimento. O casal se reconciliou, e novamente Aparecido agrediu Márcia Elias, de 20 anos, e ela aguardava atendimento na delegacia para outra queixa.

As raras denúncias feitas, mas que aos poucos vão aumentando, fazem-nos crer que em algum lugar do mundo, nesse momento, há uma mulher sendo violentada ou espancada em nome do machismo ou de uma revolta da qual ela também não tem culpa. Na nova sociedade almejada, não haverá lugar para violência, seja a física, a da discriminação social e política, do salário inferior, das ofensas ouvidas nas ruas e de tantas outras. É preciso criar condições para a relação entre os sexos ser realmente de igual para igual e, no dia em que conquistarmos essa nova forma de vida, homens e mulheres estejam preparados para assumir os seus papéis de companheiros na caminhada.

Cleide Silva é jornalista profissional e trabalha na AGEN (Agência Ecumênica de Notícias) e na Pastoral Operária de São Paulo.



Mulheres registrando queixa de violências sofridas

Gritos de um silêncio cheio de medo

Nancy Cardoso Pereira

*"Com sangue nasci
Com sangue cresci
Com sangue me rompi
Com sangue pari
— sanguinária vivi —
e sou eu a passiva."*

*Contradições
Leila Miccolis*

A repressão e a violência contra mulheres têm variadas formas e caras: a repressão do modelo de menina, a violência de educação machista, a repressão do modelo de mulher, dupla jornada, a violência sexual, a competição desigual, e a marginalização (do corpo, na política, na Igreja, na cultura).

Gostaria de destacar uma violência dessas que ampara e esconde outras. Gostaria de contar mais histórias que existem por trás dos números do IBGE.

Em Duque de Caxias, "o maior índice de mortalidade infantil em menores de um ano de idade, origina-se de situações ou doenças adquiridas no período pré-natal, isto é, no ventre materno, após o sétimo mês de gestação, por ocasião do parto ou até sete dias após o nascimento. Este índice é de 30,7%. Em cada 100 crianças menores de um ano que morrem, 30 morrem por desatenção no pré-parto, parto, ou pós-parto. Em cada 1 mil crianças que nascem vivas, morre uma mãe. Isto significa que a taxa de mortalidade materna em Caxias é caso de calamidade pública".

Esses números e conclusões fazem parte do "Dossiê Caxias — Sobre o atendimento a gestantes e parturientes nas clínicas conveniadas ao Inamps". Este dossiê foi apresentado pela Comissão de Mulheres do Movimento União de Bairros (MUB) e sua diretoria, pelo Centro Comunitário Duque de Caxias (que trabalha com igrejas metodistas), pela Associação de



Reunidas, as mulheres costumam suas histórias de dor e silêncio.

Moradores de Saracuruna e Jardim Primavera e pelo Conselho Comunitário de Saúde de Duque de Caxias.

"Fui vítima de uma brutalidade terrível, e agora posso tornar público o ocorrido, quem sabe, assim alertando possíveis vítimas e as próprias autoridades competentes esse fato não se repita (...) Eu dizia para ele (médico) que minha placenta era prévia, que eu estava completando sete meses naquele dia, que ele me operasse. Só sei que fiquei sozinha em um quarto, perdendo sangue sem parar. Dos meus bebês só guardo a lembrança de quando foram tirados de minha barriga (...) O que restou disto tudo foi uma tristeza

grande, doída e dois óbitos. Um trauma e uma grande vontade de ver o responsável por isso pagar para que não haja outras vítimas". (V.G.P.S.).

O PREÇO CARO DE SER MULHER POBRE

Em 1984, no mês de julho, um grupo de gestantes começa a se reunir para discutir "coisas de mulheres", falar de gravidez, do parto, dos filhos, fraldas, remédios...

Promovido pela Associação de Moradores de Saracuruna e pelo Centro Comunitário, o grupo se reunia semanalmente e, a partir de vivências das gestantes discutia-se a situação de trabalho, sexualidade, alimentação, moradia, hábitos populares e a assistência médica e hospitalar.

Problemas foram levantados. Muitos casos de maus tratos às gestantes por parte das clínicas conveniadas com o Inamps, tanto no pré-natal, quanto no parto e pós-parto. Nas conversas, a partir de experiências próprias e de outras mulheres, uma história de violência e descaso foi-se consturando a outra de dor e silêncio, e a conclusão era de que nem a violência nem o silêncio era casos únicos ou particulares... a violência e o silêncio eram generalizados. Esta violência específica a este silêncio cheio de medo fazem parte da vida das gestantes em Duque de Caxias, de modo específico das mulheres trabalhadoras, que recorrem ao Inamps e são encaminhadas para as clínicas conveniadas. Esta violência é encarada como parte do preço que se deve pagar por ser mulher, por ser mãe. O silêncio ensinado e imposto começa a ser quebrado nos encontros dos grupos de gestantes.

Depois de um ano de trabalho e com relatos de muitas mulheres, a importância de documentar a registrar essas



Mulheres pobres e trabalhadoras em busca de melhores condições de saúde.

histórias foi colocado pelo próprio grupo. Ao mesmo tempo que seria um exercício de pensar a própria vivência e violência sofrida individualmente e organizada numa denúncia coletiva, abriria a possibilidade para que outras mulheres se sentissem confiantes para quebrar o silêncio... e falassem.

"Meu problema atual é que estou com um buraco na vagina por onde passam as vezes, que foi consequência do atendimento que tive no meu quinto parto, na Casa de Saúde Jardim Primavera." (E.T.).

CLÍNICAS OU MÁFIA DE SAÚDE

Paralelamente ao Grupo de Gestantes, a luta por saúde em Duque de Caxias — uma das principais reivindicações do movimento popular da cidade — mobilizava as associações de moradores, o MUB e o Conselho Comunitário de Saúde que trabalhavam no registro e levantamento de denúncias sobre

a precariedade do atendimento e o desvio do fluxo de atendimento da rede pública para a rede privada. Entre estas precariedades se ressaltava o péssimo serviço prestado às gestantes nas clínicas conveniadas, verdadeira "máfia" da saúde.

Cada vez mais se colocava a necessidade de dar um alcance maior para as denúncias e depoimentos das gestantes violentadas em situações diversas. Era preciso juntar as histórias, e apresentá-las ao movimento organizado para que a luta fosse continuada.

Isto aconteceu no encontro "Fala Mulher", realizado em 16 de março de 1986. Mulheres falaram, denunciaram, exigiram ser donas do próprio corpo, ter cuidados e tratamento médico dignos. Estes direitos ainda não conquistados colocam tarefas urgentes diante do Grupo de Mulheres e de modo especial da Comissão de Mulheres do MUB.

O encontro aprovou uma proposta de elaboração de um dossiê com análises de casos apresentados e devidamente documentados que seriam en-

caminhados ao Conselho Comunitário de Saúde e às autoridades municipais, estaduais e federais.

"Ninguém me dizia nada certo. Um dizia que estava morto, outro dizia que estava vivo. Tirei o soro, aí o dr. Odir me examinou o local e me mandou para a dra. França. Ouvi ela dizer: "Pode vir, 'rabuda' é sempre comigo, seja o que Deus quiser". Ela me deu anestesia, cortou e tirou o nenê a fórceps. Vi que ele era normal, tinha cabelo, sobrancelha, tudo. Falaram que ele morreu de insuficiência intrauterina placentária e que tinha sete meses e vinte e sete semanas". (J.M.S).

Hoje o dossiê está nas mãos das autoridades e de diversas entidades: Inamps, CRM, OAB e a Comissão Especial de Direitos da Reprodução da Alerj.

Ao mesmo tempo a Comissão de Mulheres do MUB continua com a tarefa de organizar novos grupos de gestantes, de criar mecanismos de expressão e denúncia e organizar a lutas das mulheres pobres e trabalhadoras por melhores condições de saúde, por atendimento digno e pelos direitos fundamentais. A luta pelo direito de ser mulher. A luta pela vida.

Não se trata de abstrações... nem de violências sutis. O que acontece em Duque de Caxias e em muitas outras partes do país faz parte de uma violência organizada, de mecanismos de dominação e controle, mecanismo de discriminação e manutenção das relações de poder.

Neste sentido a violência contra mulheres é compartilhada, em outras formas, por menores, negros, índios... todos os "sanguinários passivos". A superação desta situação e a construção de relações fraternas também deve ser compartilhada na luta.

Maiores informações sobre este movimento ou o dossiê com a **Comissão de Mulheres do MUB**.

Av. Presidente Vargas, 360 sala 114
25.000 — Duque de Caxias — RJ.

Nancy Cardoso Pereira é pastora metodista em Duque de Caxias e integra a Secretaria Executiva do movimento "Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina" (CDHAL).

Mulher e teologia

Maria Clara Luchetti Bingemer

Estas duas palavras até há bem pouco tempo incompatíveis — **mulher** e **teologia** — encontram-se, de uns tempos para cá, cada vez mais unidas, trazendo uma novidade enriquecedora e desafiante para as igrejas.

Tendo sido sempre, nestes 2 mil anos de história do Cristianismo, feita por homens — na sua grande e mesmo esmagadora maioria, clérigos — a teologia foi adquirindo as características e a fisionomia daqueles que a faziam com exclusividade: ou seja, quase total e essencialmente masculina. Hoje, sobretudo nos últimos 20 anos que se seguiram ao Concílio Vaticano 2º e, concretamente na América Latina, pós Medellin e Puebla, a mulher começa a ocupar espaço dentro das igrejas, assumindo lado a lado com os homens diversos ministérios e funções dos quais esteve sempre afastada. A teologia é um deles e — ousaríamos dizer — um dos mais importantes onde essa presença feminina se faz sentir.

Cada vez mais, os diversos cursos de teologia do país e do continente são procurados por mulheres. Buscando nestes cursos uma fundamentação doutrinária sólida para seu trabalho pastoral ou mesmo aspirando e obtendo graus acadêmicos, o fato é que hoje o contingente de mulheres que faz da teologia seu campo de trabalho cresce sensivelmente. Algumas já se fazem mesmo presentes nas diversas publicações especializadas do país, participam em congressos internacionais de teologia e começam a ser cada vez mais ouvidas e respeitadas pela comunidade teológica, nacional e internacional.

Por outro lado, a teologia feita pela mulher tem outra terra natal que, sem estar desvinculada da primeira (faculdades, centros acadêmicos, mundo intelectual, en-

fim), de certa forma a precede e lhe dá sentido. Trata-se das classes populares, este imenso e complexo mundo onde as igrejas do continente latino-americano hoje se movem com prioridade e onde as lideranças femininas são esmagadora maioria. Aí, na vida das comunidades, nas lutas populares, na militância informada pela fé, emerge uma nova e fascinante teologia feita pela mulher, que pode ser contada entre os mais importantes fenômenos acontecidos na vida eclesial dos últimos tempos.

Quais são, então, as características dessa teologia da mulher e feita pela mulher? Em que ela se destaca, qual a novidade que tem para trazer?

UMA RE-DESCOBERTA DA REVELAÇÃO BÍBLICA

A mulher — tanto a das classes populares, como a que produz teologia nos centros acadêmicos — traz consigo, pelo fato de ser mulher e de toda a gama de experiências vitais em que isso implica, um ângulo novo e diferente de percepção da vida e da realidade. Portanto, também — e não menos — um ângulo novo e diferente para perceber a Revelação que emerge da Palavra de Deus.

Até bem pouco tempo atrás a Bíblia era lida e interpretada por homens. Se bem que não é o caso agora de insurgir-se contra a história, mas sim de agradecer aos companheiros homens toda a riqueza do trabalho que trouxe até nós a possibilidade de ler e interpretar a Palavra de Deus, não se pode deixar de admitir e reconhecer que uma interpretação feita apenas por uma das metades da humanidade tem que ser — necessariamente — empobrecida e parcial.

Na seleção dos textos e das linhas-forças que os atravessam, na



A experiência da mulher do povo está na base da reflexão e produção da mulher teóloga.

própria percepção da coerência interna e da ligação entre os mesmos, em tudo isso que forma o laborioso tecido da exegese e da teologia bíblica, a marca masculina se fez sentir quase que univocamente ao longo dos tempos. É, portanto, um grande enriquecimento — sobretudo levando-se em conta o papel central que a Palavra de Deus desempenha, hoje mais do que nunca, na vida das comunidades cristãs — que a mulher se aproxime desta Palavra viva e salvadora e a interprete desde a sua perspectiva, com a sua experiência e desde a verdade do seu desejo.

O que vai acontecer aí é a valorização de certas passagens antes deixadas à margem, como por exemplo, a das parteiras do Ex 1. É o destaque dado às grandes figuras femininas que marcaram o itinerário do povo de Israel: Débora, Ester, Judith, Hulda, Ana. E, no Novo Testamento, Maria de Nazaré, Maria de Betânia, Maria de Magdala, o grupo de mulheres que seguiram Jesus desde a Galiléia até a cruz, Priscila, Júnias. É uma nova maneira de ler episódios até então

desairosos para a mulher, como o de Jz 19, ou a história de Tamar com Judá (Gn 38).

A mulher das classes populares que está à frente de uma comunidade ou imersa na luta e na militância encontra nestas figuras, heroínas da história e da fé de um povo, um referencial para sua própria vida e sua própria luta. E a mulher que — a partir da experiência de vida e de luta de suas irmãs pobres e fortes na fé — tenta produzir uma teologia nova e coerente com sua condição de mulher, pode ousar ler, interpretar, fazer exegese e fazer teologia com uma base mais adequada. Destaca-se a partir daí, sobretudo, o desafio de demonstrar que, se de um mundo tão marcado pelo patriarcalismo como é o mundo judaico, puderam emergir todas estas figuras e experiências quanto mais não haverá submerso sob o iceberg e, ainda, quanto mais a ser desentranhado **hoje** por olhos e mãos de mulheres que percebem o espírito além e ao fundo da letra.

A SENSIBILIDADE E O RIGOR CIENTÍFICO

Ainda uma outra característica da teologia feita pela mulher é a possibilidade de uma maior integração desta mesma teologia. Um dos maiores males de que padeceu a teologia, sobretudo após o advento da alta Escolástica, foi o seu divórcio quase total da espiritualidade. Vale dizer, da experiência. Neste divórcio, perderam ambas: a espiritualidade, que passou a resumir-se num amontoamento de práticas devocionais sem fibra nem consistência e a teologia, que ficou reduzida — muitas vezes — a uma especulação fria e sem "espírito".

Percebe-se hoje em teólogos do mais alto porte, a constatação de necessidade de integrar, na produção teológica, estes dois campos. (chamamos a atenção para o fato de Gustavo Gutiérrez e Jon Sobrino, entre outros, terem dedicado seus últimos trabalhos ao tema da espiritualidade). Ora, a mulher — mais do que ninguém — está apta e capacitada para fazê-lo. Seu jeito de ser, de pensar e de viver não aprendeu a ser compartimentado. Não se encontra — por sua própria estrutura pessoal e sua experiência vital — fragmentada e dividida, conseguindo portanto integrar sensibilidade e rigor científico, ex-

João Roberto Ripper/F4



A mulher tem uma percepção diferente da vida e da realidade.

periência e seriedade de pesquisa, espiritualidade e especulação.

Nesse processo, é de fundamental importância para a mulher que produz teologia nos centros acadêmicos, estar em estreito e íntimo contato com suas irmãs das classes populares. Aí estará sua teologia mais resguardada do perigo de reduzir-se a um puro e frio academicismo, a um exercício intelectual hermético, apto a ser entendido apenas por uma comunidade restrita de iniciados.

A teologia feita pela mulher assimila e integra no exercício da produção teológica a luta e o esforço, a alegria e o sofrimento, os fracassos, as esperanças e as vitórias de todas estas que, na base vão parindo para seus companheiros e filhos uma aurora melhor e um dia mais radioso. A teóloga de profissão é chamada a aprender constantemente, humildemente, com essas teólogas por natureza e por graça. É chamada a fazer de sua produção teológica um serviço às lutas dessas companheiras. Assim, sua teologia vai tendo, sempre mais, o sabor da fé vivida e partilhada, o ritmo do pé no chão, o tato das mãos calejadas pelo trabalho duro. Estará, assim, sempre mais integrada com a vida, que é o campo de ação por excelência do Espírito — teólogo original, fonte e possibilidade de toda a teologia.

O DESPERTAR DE UMA NOVA IRMANDADE

Dando seus passos nesse novo caminho da teologia, a mulher vai também, pouco a pouco, fazendo a importante descoberta de não es-

tar sozinha. No seu horizonte começam a aparecer outras companheiras, irmãs na caminhada, colegas no trabalho, que receberam nas igrejas o mesmo desafiador e belo ministério de refletir sobre a fé e fazer teologia.

Começa aos poucos a aprender a confiar nessa outra que até bem pouco tempo era apenas uma colega de opressão. Começa a sentir e dividir com todas estas que são cada vez mais numerosas, um novo tipo de irmandade. Começa a viver com as outras mulheres os problemas comuns e a buscar junto com elas as soluções.

Esse despertar de uma nova irmandade entre mulheres que se dedicam à teologia já encontrou, no Brasil e na América Latina, formas de expressão bem concretas. Após dois encontros nacionais realizados em 1985 e 1986, no Rio de Janeiro, e um encontro latino-americano em Buenos Aires, em novembro de 1985, preparam-se as mulheres teólogas do Brasil e do continente para participar de um encontro com outras companheiras do Terceiro Mundo (África e Ásia) no México, em dezembro. Preparam-se, além disso, para realizar o terceiro encontro nacional no Brasil, em 1987.

É um novo momento para a mulher e seu trabalho teológico. É uma nova era que desponta para a teologia e para as igrejas.

Maria Clara Lucchetti Bingemer é teóloga leiga católica e professora na PUC/RJ.

Da gestação do feto à gestação da fé

Rosângela Soares de Oliveira

A questão da participação da mulher nos diversos setores da sociedade é algo fascinante. É um processo de desvelamento, de descoberta da sua própria dignidade, negada ao longo da história. A mulher foi considerada como mero receptáculo da vida humana — negação da sua participação ativa na gestação do feto; foi considerada ser inferior — negação da sua inteligência; e ser sem alma — negação da sua semelhança com Deus.

O processo de se descobrir sujeito da história não é simples, nem imediato. Ele permanentemente se confronta com diversos limites, alguns até lançados pelas próprias mulheres, que introjetaram de tal forma a negação, a ponto de assumi-la como um dado natural.

O discurso teológico tem colaborado, e muito, para a conformação da mulher com a servilidade, a violência contra sua dignidade e liberdade. Embora seja preciso reconhecer o conflito que passa esse discurso no momento em que as mulheres começam a elaborar a reflexão da sua fé, e descobrem, com os olhos de quem está cativo, a libertação no Evangelho de Jesus Cristo.

No Brasil, as mulheres das igrejas protestantes, incluindo as pentecostais, têm encontrado espaços diferenciados para sua participação histórica. Encontramos Igrejas que reconhecem a ordenação pastoral da mulher, como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Episcopal do Brasil, a Igreja Metodista. Enquanto outras não apenas lhes negam a vocação, mas a impedem de participar em colegiados dirigentes das comunidades locais, como a Igreja Presbiteriana do Brasil. Há outras que fomentam a vocação da mulher, reconhecem certos ministérios como o da educação e o da oração, mas lhes negam o direito à ordenação ministerial, como a Igreja Batista, a Assembléia de Deus. E ainda há aquelas que desejam ordená-las ao

pastorado, e só não o fizeram até o momento, porque não encontram na mulher esta demanda, como a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. E outras que estão em processo de discussão, porque parte da mulher a demanda, como

a Igreja Presbiteriana Independente.

A ordenação da mulher na Igreja Metodista data de 1971, quando reunida em Concílio Geral aprovou, por unanimidade, que "na ordem presbiteral, a Igreja acolhe homens e mulheres que



Rosângela: a ordenação das mulheres é um desafio às estruturas eclesiais.



Carmen Etel Gomes, primeira mulher anglicana ordenada na América do Sul.

reconhece vocacionados para a plenitude do ministério ordenado..." (Cânones, da Igreja Metodista, 1971, Art. 157, parágrafo único).

Mas o processo histórico não é tão límpido como a lei. A prática da ordenação da mulher é um desafio às estruturas eclesiais. A cada passo, a Igreja precisa "converter-se" da sua tradição masculina, e se abrir à convivência das diferenças.

Em 1978, as estudantes da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista em conjunto com pastoras, leigas e estudantes de outros seminários teológicos, reuniram-se para discutir os conflitos e contradições que a nova prática gerava para a Igreja e para elas mesmas, enquanto pessoas. Foi o 1.º Encontro sobre o Ministério Pastoral Feminino. A este, se seguiram outros. Os encontros eram a tentativa das mulheres assegurarem, na Igreja Metodista, o reconhecimento de sua ordenação e de esboçarem bíblica e teologicamente este seu papel histórico.

Há muitos desafios que as mulheres ordenadas enfrentam, alguns não são específicos da sua condição de mulher, são comuns aos homens, especialmente quando se trata de assumir um ministério identificado com os "pequenos de Deus". Os desafios a serem enumerados não são resultado de uma discussão ecumênica sobre a ordenação feminina, por isso não devem ser generalizados. São intuições, refle-

xões geradas nos momentos de conflitos.

AUTORIDADE À QUEM NÃO TEM AUTORIDADE

O pastor, como o padre, está investido de uma autoridade simbólica sacralizada e institucionalizada. Tem poder de consagrar o pão e o vinho, tem poder de interceder junto a Deus, gerir patrimônios eclesiais, intervir na vida das famílias.

O pastor como homem é chefe, reconhecido por lei e pelos padrões sócio-culturais. O homem tem poder explícito. Qual o reconhecimento simbólico da mulher? Ela é consumidora dos bens espirituais, é a companheira, é a outra. A mulher exerce o poder veladamente.

Portanto, como investir de autoridade simbólica a quem não tem autoridade de fato? A questão da autoridade é um permanente desafio, especialmente numa prática de ministério que tem adquirido uma conformação cada vez mais autoritária. Quanto mais autoritária for a instituição eclesial, menos espaço terá a mulher. A participação da mulher no espaço de poder institucional implica numa democratização. A ordenação feminina desafia a instituição eclesial à democratização e desafia a própria pastora a um exercício democrático de poder na sua comunidade.

LEITURA DA BÍBLIA

A leitura bíblica das comunidades protestantes está marcada pelo fundamentalismo, no que resulta uma preferência declarada pelas cartas paulinas e a não compreensão do Antigo Testamento. A leitura fundamentalista não permite às comunidades reconhecerem em Cristo o Evangelho Libertador, e a ação de Deus na história dos oprimidos.

No que se refere à questão da mulher, o tratamento, em linhas gerais, é dado da seguinte forma: as mulheres são responsáveis pelo pecado de todo o mundo — Eva não resistiu à tentação; mas, pelo perdão de Deus, as mulheres podem se tornar grandes exemplos de fé (Débora, Ruth, Lídia, Maria, Maria Madalena). Contudo não se deve valorizar demais a participação da mulher, afinal Paulo, o grande apóstolo, orienta que as mulheres devem se calar na Igreja, e não havia entre os doze apóstolos de Jesus nenhuma mulher. E assim se encerra o círculo hermenêutico.

A Palavra de Deus que é animadora da fé e do testemunho, torna-se um freio. Este é um grande desafio. É preciso romper com esta leitura bíblica. O Espírito Santo é livre para vocacionar, e a identificação de Jesus com os pobres e as mulheres restaurou a sua dignidade, e os fez sujeitos da história.

ECUMENISMO

Nos setores ecumênicos identificados com a luta dos pobres como sinal da ação de Deus no nosso tempo, a participação das mulheres ordenadas é encarada como testemunho de libertação. Por outro lado, a ordenação feminina é questionada na relação ecumênica quando determinada instituição eclesial não assumiu esta prática no interior de sua estrutura. Nesse momento, a eucaristia celebrada por uma pastora é encarada de forma diferente do que seria se fosse celebrada por um pastor. De imediato, pergunta-se se a mulher tem autoridade para isto, se é válida a celebração eucarística, o casamento religioso, o batismo, a pregação, etc.

A ordenação da mulher desafia a caminhada ecumênica no reconhecimento mútuo do ministério e das ordens. Mas é um processo muito rico, pleno de receio e de coragem, susto e solidariedade.

Rosângela Soares de Oliveira é pastora metodista e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante/CEDI.

Pastoral da mulher marginalizada

(Reflexões de uma mulher que viveu a prostituição)

Gabriela Silva Leite

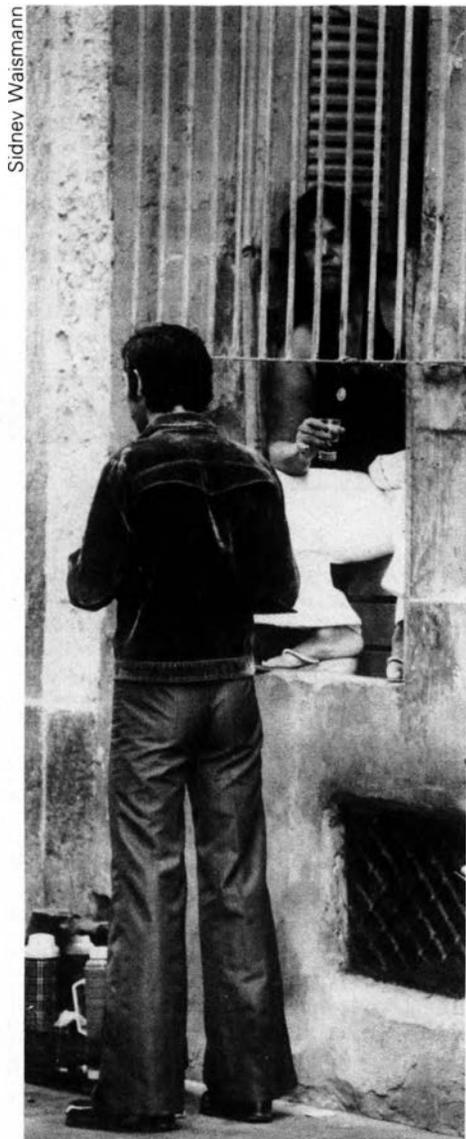
O trabalho dessa pastoral da Igreja Católica iniciou-se antes do Vaticano 2º, das Conferências (Medellin e Puebla) e da Teologia da Libertação. No Nordeste, o trabalho se concretizou por iniciativa do bispo de Cratêus (CE), dom Antônio Fragoso, que na época, 1957, participava do encontro mundial da JOC e, passando pela França, conheceu a atuação do "Ninho" uma entidade criada pelo padre Talvas, em 1943, na cidade de Pigalle, com finalidade de dar apoio à pessoa da prostituta e promover sua "reintegração social".

Nos anos 60, a convite de dom Fragoso (então bispo auxiliar de São Luís do Maranhão), chegaram ao Brasil, para iniciar o trabalho, pessoas ligadas ao "Ninho" e implantou-se o movimento em São Luís, Fortaleza e Cratêus (CE). Daí por diante, se expandiu pelo Norte e Nordeste a fora sob várias denominações e enfoques diferentes, segundo os lugares e as equipes de atuação.

Já no Sul, segundo o frade e sociólogo francês, Jean Pierre Barreul de Legenest, o trabalho iniciou-se por volta de 1956, dados alguns fatos relevantes:

- houve uma participação muito ativa de elementos da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF);
- a tomada de posição do governador Lucas Garcez quando do fechamento das zonas de prostituição em São Paulo (1955);
- iniciativas particulares: dona Concheta Mendonça em Araraquara e dona Maria do Carmo Neves, no Rio de Janeiro;
- muitas e repetidas vezes os problemas levantados — dentro da Igreja — da existência evidente de zonas de prostituição, ilegais mas reais no âmbito das municipalidades;
- numerosos trabalhos de conclusão de cursos em escolas de Serviço Social espalhadas pelo Brasil todo.

Outras iniciativas nasceram igualmente no Rio de Janeiro e no estado de São Paulo (Campinas, São Sebastião,



A prostituição é um pecado social decorrente da estrutura sócio-político-econômica do país.

Santos e Lins) todas ligadas à Igreja Católica, como no Norte e Nordeste.

Com o aumento das equipes viu-se a necessidade de programar encontros nacionais, regionais (Norte/Nordeste e Leste/Sul) e estaduais, assim como obter todo apoio necessário da Conferên-

cia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das dioceses, para concretização dessa pastoral.

A partir de 1974, realizaram-se seis encontros nacionais da Pastoral da Mulher Marginalizada, quatro encontros regionais (Leste/Sul) e um encontro estadual (São Paulo), fora os encontros que aconteceram em outras regiões e outros estados.

Em todos eles, sempre se verificou uma não participação ou uma fraca participação das prostitutas, assim como nas equipes de trabalho e nas respectivas atividades desenvolvidas "junto" a elas. É a partir deste problema que direciono este texto.

PRIMEIROS ENFRENTAMENTOS

Comecei a participar da Pastoral da Mulher Marginalizada no Sexto Encontro Nacional realizado em Salvador (BA) convidada pelo Frei Leonardo Boff. Até aquele momento eu não conhecia o trabalho da Igreja Católica relativo à questão, mas já vinha desenvolvendo um trabalho com minhas companheiras no Mangue e, anteriormente, já havíamos realizado uma passeata de prostitutas na "Boca do Lixo" (denominação da "zona" em São Paulo).

A partir desse primeiro encontro percebi que havia algumas questões a serem discutidas com relação ao trabalho da pastoral. Mais tarde, compilando textos sobre sua história, percebi que a mesma passou por transformações no decorrer de sua existência, o que é facilmente explicável pelas próprias transformações ocorridas a partir do Concílio Vaticano 2º.

Em relação aos objetivos, anteriormente ao Concílio, a prostituição era considerada um problema social isolado dos demais problemas, e as causas determinantes se achavam num plano individual, familiar, no machismo e na pobreza. Daí a proposta de um trabalho promocional, assistencialista, de reintegração social. A glória do traba-

lho estava em influenciar as mulheres a saírem da "zona" e se reintegrarem na "comunidade".

Após o Concílio, a metodologia da pastoral ficou, por um certo tempo, difusa não só pela própria resistência de algumas equipes por aceitar mudanças radicais em seus métodos de trabalho, como também pela própria natureza da problemática.

A mudança radical de postura veio a acontecer exatamente no Sexto Encontro Nacional (1984), quando, no auge do advento da Teologia da Libertação, após as palestras dos assessores, os grupos reunidos chegaram à conclusão de que a prostituição não era um pecado individual e sim social, portanto, decorrente da estrutura política, econômica do país. Evidentemente, que algumas equipes estaduais já haviam chegado a essa conclusão e, portanto, já desenvolviam um trabalho de conscientização da realidade social junto às prostitutas — notadamente a diocese de Juazeiro — mas somente passou a ser uma metodologia a nível nacional a partir do Sexto Encontro.

Foi a partir daí que as ambigüidades da pastoral ficaram mais evidentes, pois, a cada novo encontro regional, ao mesmo tempo que as agentes se propunham a um trabalho "com elas" e não "junto a elas" e que as prostitutas se deveriam conscientizar e se juntar aos outros movimentos para a sua libertação, na prática nem sempre isso acontecia na grande maioria das equipes, havendo uma forte resistência a se sucumbir ao fato de que na realidade social que temos é impossível terminar com a prostituição de mais de cinco milhões de mulheres — só no baixo meretrício — sem se resolver a questão da reforma agrária, da menor abandonada e do alto índice de desemprego.

As equipes continuaram a denominar as prostitutas de "meninas" e os encontros continuaram a ter uma pequena frequência de prostitutas em relação ao número de agentes.

Não quero aqui fazer uma crítica contundente à pastoral. Acredito que esse trabalho é de imensa valia para o nosso movimento, sendo que por mu-

tos anos foi o único; como também me emociono com a abnegação das agentes ao se lembrarem e tentarem trabalhar com pessoas que nunca foram consideradas pela grande maioria de nossa sociedade como seres humanos. A minha intenção neste artigo é apenas a de tentar dar a minha contribuição ao desenvolvimento de um trabalho importante, juntando com ele minhas reflexões, reflexões de uma pessoa que viveu a prostituição e que aprendeu a ser mulher no cotidiano daquele mundo.

Acredito o quanto seja difícil para equipes de pastoral formadas, em sua maioria, por freiras, donas de casa católicas e assistentes sociais, compreenderem a complexidade do meio, mesmo porque como estamos tratando de uma problemática onde o sexo é a mola mestra, fica muito difícil para essas pessoas encarar essa realidade de frente, não por culpa delas, mas sim, por séculos de uma cultura machista e repressiva quanto a tudo o que envolva a questão do corpo.

Evidentemente que as causas da

Uma prostituta na origem do Povo de Deus

Carlos A. Dreher

O livro de Josué nos relata a **toma da terra** por parte dos israelitas. Se bem que possa parecer que o conflito se dá entre dois povos, israelitas e cananeus, uma leitura mais atenta revela uma posição entre cidade e campo. As cidades são vistas como inimigas pelos camponeses israelitas (Js 6ss). Cumpre derrotar seus reis (Js 12). A pesquisa moderna já se apercebeu que tal fato só pode se dever ao domínio exercido por tais reis e cidades sobre o campo, forçado a uma tributação cada vez mais extorsiva.

É frente a esta exploração econômica que Israel surge como povo. Camponeses empobrecidos, semi-nômades expulsos pela cidade, marginais em estado de revolta latente, organizam-se e enfrentam os reis e suas cidades-estado, num momento em que o poder egípcio enfraquecido não pode mais manter pela força o sistema social palestinese. Desta organização, nasce o povo de Deus.

Diante desta nova avaliação do período formativo de Israel, a posição radical entre israelitas e cananeus está fora de foco. Não são dois povos que se enfrentam. São grupos marginais que se opõem às cidades.

Muitos dos assim chamados cananeus são assimilados pelo Israel emergente. Um protótipo deste fenômeno é a prostituta Raabe, moradora da cidade de Jericó (Js 2). Ela esconde em sua casa dois israelitas que vieram espionar a cidade, com vistas a tomá-la e destruí-la. Apesar de morar na cidade vista como inimiga pelos israelitas, Raabe está disposta a protegê-los dos soldados que os perseguem, participando assim da conspiração contra seu rei.

O que a leva a fazê-lo? Sua condição de prostituta a coloca ao lado dos grupos marginais em revolta. Pertence aos grupos que a cidade marginalizou em seu próprio meio. A cidade a quer e a condena. Utiliza seus serviços e a despreza. Mulher e prostituta! Pode haver alguém mais à margem de uma sociedade patriarcal?

A prostituta ouviu falar deste povo que emerge. Conhece os feitos do Deus deste povo, que é Deus em cima nos céus, e embaixo na terra (Js 2,9s). Sabe que este Deus libertou escravos do Egito, derrotou reis e dá a terra a seu povo. Sabe que ninguém pode resistir a este Deus. E vê neste Deus e em seu povo uma chance: a chance

de libertar-se do uso do seu corpo e do desprezo dos poderosos. Por isso confessa-se a este Deus libertador e se envolve na conspiração daquele povo novo que luta contra os tiranos, ajudado por seu Deus. Tem fé e espera que este Deus e seu povo lhe dêem um novo lugar.

E há lugar no povo de Deus para a prostituta Raabe. Para ela e para todos aqueles que foram expropriados de tudo quanto tinham: camponeses empobrecidos e sem terra, semi-nômades expulsos para a estepe, marginais fugidos. São estes párias da sociedade que vão formar um povo novo, o povo de Deus.

Raabe é protótipo de tantos outros que encontraram abrigo em meio a Israel. E é protótipo para todos que não encontram mais lugar na velha sociedade de hoje. É protótipo daqueles que a sociedade quis e condenou, usou e desprezou.

Como Raabe, os marginais de hoje estão na origem do povo de Deus.

(Extraído da coluna bíblica do **Centro de Estudos Bíblicos — Cebi**).

Carlos A. Dreher é pastor luterano e professor da Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IELCB).

prostituição advêm sobremaneira das estruturas políticas e econômicas da nossa sociedade, haja visto o grande número de meninas de dez a doze anos que dia-a-dia engrossam as fileiras de prostitutas devido à necessidade de sobrevivência em decorrência do êxodo rural, do abandono e do desemprego. Mas a prostituição não é só isso e tem a ver, principalmente, com a nossa cultura e nossa moral cristã ocidental, com o enraizamento do **pecado** versus **virtude**, com a nossa dificuldade de tratar das questões da sexualidade com naturalidade, com o nosso machismo e a inevitável educação diferenciada.

A "NOVA" PASTORAL DE PROSTITUTAS

Quando analisamos uma pastoral que trabalha com prostitutas, inevitavelmente esbarramos nessas questões e daí tudo fica mais complicado, pois temos que mexer com estruturas culturais enraizadas e com o conceito que permeia a vida e as atitudes das mulheres e homens de nossa sociedade: a terrível ambigüidade da **pureza** e **não-pureza**. E pureza, bem lá no fundo da nossa consciência, tem a ver com abstinência sexual, tem a ver com a divisão das mulheres em duas categorias: as nossas esposas — alicerces da família, mães de nossos filhos, para quem o sexo é pecado, a não ser para a procriação — e as "outras" que, devido à educação diferenciada, precisam existir para preservar a virgindade das futuras mães e ao mesmo tempo para satisfazer os "apetites sexuais" dos "honestos" senhores casados, "pais de família".

Um dia a nossa pastoral terá que esbarrar e encarar de frente essa questão e eu, enquanto participante da coordenação nacional, tenho-me esforçado para que cheguemos a essa reflexão, pois não basta somente lutarmos pelas mudanças das estruturas políticas e econômicas; precisamos também lutar pela revolução cultural e para a formação da mulher/homem **novos**, expulsando nossos fantasmas há tanto tempo arraigados dentro de nós. E essa postura e luta é muito mais difícil, pois requer que deixemos de lado nossas sublimações e passemos a realizar a revolução individual sem hipocrisias. Aí sim, poderemos pensar na extinção da prostituição que tanto incomoda a sociedade porque representa o reverso da medalha de todas as nossas condições.

No último Encontro Regional Leste-Sul acontecido em Duque de Caxias, no mês de maio, fizemos alguns avanços quando as prostitutas presentes

solicitavam uma reunião sem a presença dos agentes de pastoral e decidimos, nessa reunião, a promoção de um

Encontro Nacional de Prostitutas, para o qual convidaremos algumas agentes como observadoras, e tentaremos começar um movimento de prostitutas, sem em nenhum momento pensarmos na exclusão da pastoral, mas compreendendo que temos assuntos específicos a serem tratados que nunca são discutidos nos encontros pastorais pela própria intimidação que as mulheres "direitas" provocam — inconscientemente — nas mulheres prostitutas. Entendemos também que nós, prostitutas, não acreditamos na prostituição mas que somos sujeitas de nossa própria história e que precisamos estar unidas em um movimento para lutar contra a prostituição e a conseqüente exploração, mostrando assim o reverso da medalha. É uma postura ambígua, como ambígua sempre foi a vida da prostituta, mas na ambigüidade é que está a poesia do nosso movimento e eu não acredito em revolução sem poesia, sem alegria e sem amor.

Nosso encontro será realizado no Rio de Janeiro, e acredito que será um grande momento histórico para todas as prostitutas do Brasil e da América Latina e, quem sabe, com a realização do mesmo poderemos resgatar em toda a sua plenitude, o amor de Cristo para com as mulheres, tão evidente no Evangelho e que só os cegos pela dominação cultural não conseguem perceber.



Muitos vêem as prostitutas como aquelas que "precisam existir para preservar a virgindade das futuras mães..."

Gabriela Silva Leite é pesquisadora do Iser e líder do Movimento das Prostitutas do Rio de Janeiro.



Mudando o rosto da Igreja

Tereza M. P. Cavalcanti

O 6º Encontro Intereclesial de CEBs, ocorrido na cidade de Trindade (GO), em julho deste ano, foi um momento privilegiado da Igreja no Brasil e na América Latina. Um tempo rico de celebrações, troca de experiências e tomada de consciência do significado da Igreja entre os pobres. Um aspecto dessa tomada de consciência foi a valorização do contingente feminino que atua nas CEBs e que imprime suas marcas no "novo jeito de ser Igreja". Vamos observar alguns desses traços femininos que surgiram em Trindade e que estão mudando o rosto da Igreja.

O QUE OS NÚMEROS DIZEM E ESCONDEM

Entre os 706 delegados da base que compareceram ao encontro, 271 (38,8%) eram mulheres. Ora, sabe-se que nas CEBs há uma maioria feminina e portanto, do ponto de vista dos sexos, o 6º Intereclesial não foi suficientemente representativo. No entanto, já houve um pequeno progresso em relação aos dois encontros anteriores, de Itaici e de Canindé, onde a proporção de mulheres foi respectivamente de 33,1% e 35,7%. Por outro lado, nas 44 equipes de serviço que prepararam e organizaram o evento, as mulheres não só eram numerosas como receberam importantes responsabilidades: coordenação, secretaria, finanças, liturgia, alimentação, saúde e até segurança! Tal presença qualitativa das participantes marcou o encontro de Trindade com um tom de beleza, risos e alegrias, associado à sabedoria da organização e à expressão de uma fé profunda e amadurecida. São esses os traços que gostaríamos de ressaltar.

Este é o refrão de uma das músicas mais cantadas no 6º Encontro, composta por Maria Batista dos Santos, de João Pessoa (PB). Ele exprime com toda a simplicidade o que a CEB significa para muitas das mulheres: o seu espaço de felicidade!



Dona Luiza, da Diocese de Itumbira, explicava por que:

"Antes se falava da Terra Prometida depois da morte. Hoje a Terra Prometida é onde se vive a igualdade, não se é rejeitado, não se passa fome, há partilha do pão e da vida, da luta. Isto é

CEBs. Na CEB se vive um pedacinho da Terra Prometida. Rezando o Pai Nosso, chamamos Deus Pai e somos todos irmãos".

Assim, a mulher descobre na comunidade um lugar onde ela é respeitada e pode partilhar com os outros as alegrias e os problemas de seu dia-a-dia. Lendo a Bíblia com as irmãs e os irmãos, ela entra numa busca comum de identificação com o Povo de Deus, de quem todos herdamos a mesma fé. A tomada de consciência de uma nova identidade é um processo verdadeiramente libertador que faz a mulher perder a timidez e alargar as fronteiras de seu pequeno mundo familiar. Daí para a frente, ela não pára mais. A comunidade proporciona o encontro entre oprimidos das mais diversas ordens: mulheres, negros, índios, trabalhadores marginalizados, sem terra, menores, etc. Nesse encontro, a percepção de uma mesma experiência de sofrimento e de uma mesma esperança na fé faz cair por terra os preconceitos de ordem racial, cultural e até moral: todos fazem parte do único Povo de Deus, em busca da Terra Prometida. Diante dessa descoberta, as participantes das CEBs experimentam a felicidade e se lançam na ação concreta, onde vão mostrando um notável senso de organização e criatividade.

NÓS PLANTAMOS. QUEM VAI COLHER SÃO NOSSOS NETOS"

Nesta afirmação de uma organizadora de Clube de Mães transparece o realismo de quem tem consciência da longa caminhada na luta por uma nova sociedade. Nesse processo as mulheres estão imprimindo a marca da sabedoria nascida ao mesmo tempo da experiência diária e da leitura da Bíblia a partir da vida. Sabem que não adianta ter pressa nem querer transformar a sociedade de cima para baixo. Por isso estão habituadas a trabalhar sempre em equipe e a partir da base. O seu mo-

do de luta é essencialmente comunitário.

Em termos de referencial bíblico, as mulheres que hoje atuam nas CEBs têm a mesma sabedoria e capacidade de resistência que vemos em Rute e Noemi, ao lado de um empenho e uma coragem que fazem lembrar Débora, quando se trata de chamar o povo para a iniciativa da ação (cf. Jz 5).

No encontro de Trindade foram surpreendentes os depoimentos de como as mulheres se colocam com as crianças à frente dos jagunços, em caso de ameaça às suas casas ou aos posseiros indefesos. A ação concreta é acompanhada de orações, o que levou um posseiro a declarar: "As mulheres servem de alavancas com as suas orações. Não só participam da luta, mas pedem a proteção de Deus!". Outros depoimentos revelam a iniciativa, por parte de mulheres, de todo tipo de organizações, femininas ou mistas, em função da defesa de direitos ou da transformação da sociedade: associações de lavadeiras e domésticas, clubes de mães, grupos de pão, fornos e hortas comunitárias, mutirões para construção de casas, creches e escolas, grupos em defesa da saúde, trabalho com prostitutas, participação e lideranças em círculos bíblicos, sindicatos, partidos políticos, ocupações e assentamentos, associações de moradores de bairros e favelas, etc. A impressão de conjunto que se tinha das mulheres no encontro de Trindade era a de que, ali como nas bases, elas atuam numa grande fermentação, como abelhas numa colméia: cada uma se articula com outras e com todos, sabendo que sua contribuição é uma pequena parcela, mas que só assim se constrói o Reino. (Mc 4,30-32)

Em meio às diversas lutas políticas, sociais e culturais, a luta contra o machismo não é uma exceção, ela faz parte de um mesmo processo de libertação em todos os níveis, embora muitos ainda não tenham percebido — especialmente alguns homens que se sentem ameaçados diante das reivindicações de suas companheiras. Isto levou um grupo de mulheres, que discutiam sua luta específica, a parodiarem a música "Nossos direitos vêm", cantando:

*Nossos direitos vêm
Nossos direitos vêm
Se não vêm nossos direitos
O homem perde também!*

(No original, o último verso diz: "Se não vêm nossos direitos O Brasil perde também"!)

O fato é que as mulheres vão prosseguindo em sua caminhada, ao lado do homem ou sem ele, vencendo o medo com firmeza, pois têm uma convicção: a geração de uma nova sociedade e de uma Igreja fundada no modelo trinitário, como a geração de um filho, nem se faz só com a mulher, nem se produz sem um longo tempo de gestação. E aqui entra a dimensão da fé.

UMA FÉ EM AMADURECIMENTO

Durante o encontro de Trindade as celebrações foram um ponto alto que comoveu a todos. Um forte sentido de fé se exprimia nos cantos, na leitura e interpretação da Bíblia, nos gestos e símbolos que representavam as experiências de vida onde o povo vê sinais de salvação. Mãos femininas ornamentaram, com gosto de delicadeza, os imensos painéis coloridos que cobriam as paredes do ginásio onde se realizavam as grandes assembleias; do mesmo modo enfeitaram as lindas cruzes floridas, os retratos e relíquias dos mártires e os outros símbolos que entravam em procissão nas liturgias: estavam assim celebrando a vida, a morte e a ressurreição de Cristo, revividas hoje pelo povo de Deus, no dia-a-dia das CEBs. Ora, tudo isto é expressão de amor gratuito, transbordamento da certeza de fé, mesmo diante do sofrimento.

Uma presença marcante no 6º Encontro foi a dona Olinda, mãe de pe. Josimo, assassinado porque defendia os lavradores injustiçados. Emocionada diante de tantas expressões de solidariedade e fé no sentido do martírio, d. Olinda preferiu o silêncio ao uso da palavra. Silêncio que talvez expressasse a recusa de qualquer exploração de seus sentimentos, mas que significava ao mesmo tempo a sua participação muda e consentida no martírio do filho. A ela se uniram todas as mães mártires, do Brasil e da América Latina, ali representadas simbolicamente num momento forte de comunhão. Também nossas mulheres mártires, como Margarida Alves, Ir. Adelaide e Ir. Cleusa, entre tantas outras, foram evocadas com carinho, na certeza de que sua missão continua viva, e sua ação prossegue através de outras irmãs na fé.

Como as discípulas que seguiram a Jesus até o fim, junto com sua mãe, e que de pé o acompanharam no momento da cruz (Mc 15, 40-41; Jo 29, 25), as mulheres das CEBs são aquelas com quem se pode contar nas horas extremas e nas lutas de resistência. E aqui lembramos aquelas que hoje empregam todas as suas energias, nos paí-



Nas CEBs as mulheres se organizam e participam na renovação da Igreja e do mundo.

ses da América Latina, especialmente na América Central. Como afirmou a pequena Ir. Margarita, da Nicarágua, elas estão lutando "não só contra a morte física, mas contra a morte cultural".

CONCLUSÃO

A comunidade, lugar onde a mulher se alimenta de fé e alegria, e de onde parte para a atuação no mundo, é também ponto de encontro dos que sofrem e lutam. Ali se experimenta e se exercita a **solidariedade**. Talvez porque tenha uma grande capacidade de **paixão**, a mulher também tem o saber da "**compaixão**", isto é, do "sentir-com", do solidarizar-se. Ora, não é esta uma das características do Deus-Javé, daquele que se comparou a uma mãe que se **com-padece** do filho de suas entranhas (Is 49,15)? Não é esse mesmo sentido de solidariedade que leva Jesus a gastar a maior parte do tempo de sua vida pública curando enfermos e defendendo os humildes? Acreditamos que hoje, esse mesmo zelo apaixonado, vindo do Espírito Santo, faz despertar as mulheres das CEBs e as impulsiona a se organizarem e participarem, lado a lado com os homens, na renovação da Igreja e do mundo.

Tereza M. P. Cavalcanti é teóloga e professora na PUC/RJ.

Mulheres latino-americanas desatam o nó da submissão



Cleide Silva



Apesar de numericamente maior, a população feminina na América Latina, na maioria das vezes, continua marginalizada do direito de participar e decidir. Nos países capitalistas, ela ainda é vista como um ser à parte, inferior.

Após séculos de submissão, as mulheres latino-americanas começam a desatar os nós que as impedem de serem consideradas iguais e tão capazes, às vezes mais, que os homens. Em vários países a sua organização se fortalece a cada dia, fazendo nascer uma nova mulher que, juntamente com os homens, buscam a nova sociedade.

Apresentamos a seguir depoimentos de cinco mulheres falando de suas experiências e lutas em países da América Latina. Embora de lugares diferentes, a realidade de cada uma se confunde também com a do Brasil, e com diversas outras pelo mundo afora.





Maribel Chalas Guerrero, 27 anos, engenheira química de uma oficina do governo e voluntária em uma equipe de educação popular que trabalha com camponeses no Centro de Promocion Juan XXIII em Yaguatate, República Dominicana.

"Sou engenheira química e trato de combinar o trabalho profissional com o popular. A cada dia vou vendo que preciso me formar e exercitar a profissão, também como uma maneira de mostrar que a mulher tem muita capacidade, já que a engenharia, em geral, é uma profissão tradicionalmente considerada para homens.

No trabalho que tenho com as mulheres, eu encontro uma satisfação pessoal muito forte porque não só trabalho por elas, mas para mim mesma. Eu não sou camponesa, mas sou mulher e há uma identificação muito forte porque a luta delas é a minha luta também.

Faz mais ou menos dez anos que comecei esse trabalho através da Igreja. Eu sempre tive essa rebeldia em relação a situação da mulher, mas não tinha nenhuma teoria. Então, meu primeiro trabalho foi com um grupo de

mulheres na área de planejamento familiar.

Temos também um trabalho de alfabetização e a metodologia consiste em que as próprias mulheres que já sabem ler e escrever ensinam suas companheiras. Nós apenas prestamos assessoria.

Dizem que somos radicais, somos frustradas e feias porque defendemos o feminismo, mas eu descubro cada vez mais que esse é o único caminho para sermos verdadeiramente mulheres. Quando comecei a entender o feminismo, vi como tudo estava carregado de machismo e como nós não nos damos conta. Por exemplo, a linguagem: 'o homem na sociedade', mas a mulher também está incluída! Estou fazendo uma revolução na minha própria linguagem. Quando eu falo do homem, eu digo homem, quando quero falar do homem e da mulher eu falo a pessoa, o ser humano, se não a mulher vai sempre ficando de fora.

Para mim, esquecer o feminismo é impossível porque é a minha luta. Eu acho que o socialismo é uma condição necessária para a libertação da mulher, mas não é suficiente. E a história dos povos dos países socialistas mostra isso, porque a luta é muito, muito maior".

Yolanda Linaza, 41 anos, professora rural na Península de Pária, Venezuela. É religiosa pertence a uma comunidade itinerante (a cada ano muda de povoado para trabalhar) e atua na área de formação de cooperativas rurais.

"O trabalho itinerante nos ajuda na relação com o povo porque vamos criando laços de família e a organização de movimentos populares nos ajuda muito. O fato de ser religiosa me dá uma situação privilegiada porque tenho mobilidade. Esta situação de privilégio tem servido para que possamos ajudar a mulher camponesa.

A mulher camponesa, quando não pertence a nenhum grupo, fica exilada e dependente do esposo. Através da sua organização vamos conseguindo que ela tenha um lugar dentro do povoado, que tenha um trabalho, que possa decidir. Vejo com muita satisfação como se vai criando algo novo, como vão crescendo como pessoas.

Temos trabalhado a nível de cooperativa de poupança e crédito que começou com um grupo de cinquenta mulheres analfabetas. Hoje têm 1.800 sócios em cerca de cinquenta povoados metidos nessa organização.

As cooperativas têm sido como um despertar do poder da mulher. Elas sentem que estão dando uma resposta aos que dizem que não somos capazes de nos organizar. Isso está dando confiança nelas mesmas: podem pensar, reunir-se, organizar-se, trabalhar e ter iniciativas. Está se criando um ambiente onde todas têm aprendido muito. Eu aprendo mais com elas do que com os livros".



Rosa González Hernández, 34 anos, religiosa que trabalha na Diocese de Tehuantepec, México, com pessoas de raízes indígenas.



Cleide Silva

Florentina Cursin Viñé, 36 anos, religiosa espanhola, atualmente trabalhando em Barrancabermeja, Colômbia.

“Eu nasci num ambiente machista, começando por minha família na Espanha onde, de todas as maneiras, a mulher é mais submetida que o homem. Eu sempre me rebelava contra isso. Tenho um irmão maior que podia correr a vontade e eu tinha que cuidar dos pequenos, lavar a louça e fazer os ofícios. Me controlavam o horário para sair e chegar, coisa que não faziam com ele. Essa situação não era só minha, mas da maioria das mulheres.

Na universidade entendi que a mulher teria que lutar muito mais. Quando entrei para a comunidade religiosa fui vendo que era o mesmo esquema: a Igreja é machista cem por cento.

Na Colômbia trabalho com a Organização Feminina Popular e tenho aprendido muito com as mulheres de bairros pobres, de favelas, gente que nas lutas tem sido pioneira. São pessoas de poucos recursos econômicos, com muitos problemas familiares e de machismo também, que aos poucos estão conquistando diferentes espaços.

Estamos trabalhando nas discussões dos problemas da mulher, principalmente sobre seus direitos, sobretudo a mulher e a família, tendo em conta que em nosso meio há muita mulher abandonada. Muitas vezes ela fica chorando e isso não adianta. Trabalhamos nisso sem abandonar as outras lutas, mas se nós mesmas não buscamos uma saída, uma resposta, nunca vamos tê-la”.

“Quando eu trabalhava como professora, e era religiosa, eu não me sentia satisfeita porque meu trabalho estava somente fortalecendo ao sistema. Foi uma alegria muito grande começar a trabalhar com indígenas porque valorizou o meu ser cristão, de religiosa e como mulher.

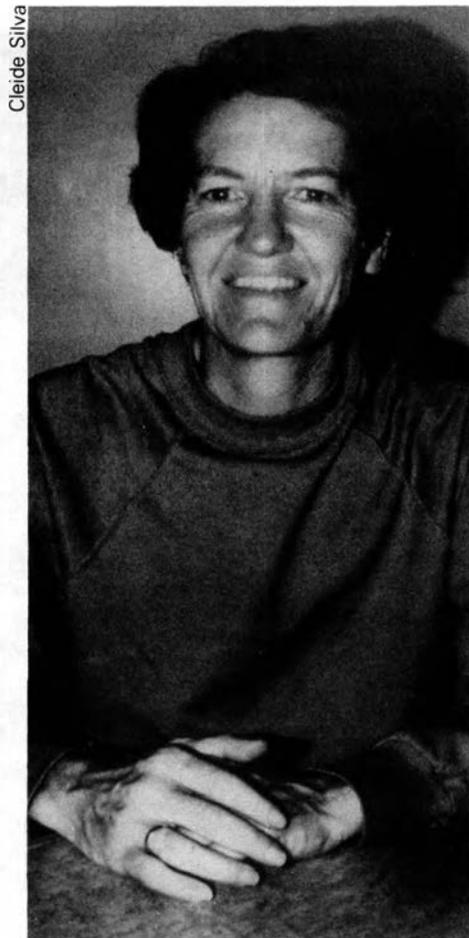
Onde trabalho agora, a mulher é muito marginalizada. Tem que sustentar grande parte da economia da casa, mas nas decisões maiores não tem voz nem voto. Se há alguma assembléia e o marido não pode ir, ela vai, mas só para levar informações e não pode decidir.

Nas comunidades eclesiais de base, a maioria são mulheres e elas estão se conscientizando a partir da reflexão da Bíblia. Eu trabalho numa equipe com três religiosas e alguns seminaristas e geralmente tratamos de ser iguais — não é porque são párocos que vão ser diferentes. Mas certamente como mulher podemos chegar mais próximo às mulheres do que os sacerdotes, para organizá-las, para estar com elas.

A nível nacional há vários grupos de mulheres que se organizam para discutir seu papel na sociedade porque, certamente, no México há muito machismo”.



Cleide Silva



Cleide Silva

Valéria Knoche, 42 anos, religiosa americana que trabalha em Comayagua, Honduras.

“Trabalho na pastoral da Igreja junto com outras três irmãs norte-americanas e um padre hondurenho. Nós trabalhamos na formação de delegados da palavra de Deus e a maioria são homens e algumas mulheres, numa paróquia de 130 aldeias muito pobres, abrigadas pelas montanhas. Muitas vezes usamos cavalos ou burros para chegar até lá.

Através das celebrações nos comprometemos a mudar a situação de onde vivemos. Mulheres e homens se reúnem e trabalham juntos para melhorar as condições das escolas, conseguir professores e outras coisas.

Estou há treze anos em Honduras e muitos dizem: ‘Ah, que coisa tão grande você está aí, que sacrifício’. Mas para mim tem sido muito importante. Eu tenho aprendido com eles, com sua bondade, sua humildade. São pessoas muito pobres, mas generosas e sabem compartilhar”.

Os últimos momentos de uma vida de luta

Edmilson Zanetti

A chilena Sílvia Vera, 37 anos, há 13 paga caro e injustamente o preço de viver num país dominado por militares: a dor de já ter sido exilada e, em tão pouco tempo, de ter tido um marido desaparecido e outro, o jornalista José Carrasco Tápia, de 43 anos, editor internacional da revista "Análisis", seqüestrado e morto pela repressão do general Augusto Pinochet, no dia oito de setembro passado. Mas, como a maioria dos chilenos, ela continua lutando e acreditando que um dia seu país voltará a ser livre. Na última semana de outubro sua luta ultrapassou as fronteiras. Ela veio ao Brasil para ser homenageada durante a entrega do Prêmio Wladimir Herzog de Jornalismo, um profissional que, como "Pepe", apelido do seu esposo, foi assassinado por defender a liberdade. Antes de voltar ao Chile, Sílvia Vera, sempre muito emocionada, partilhou a lembrança dos últimos momentos que passou com Pepe, neste depoimento.

A VOLTA

A minha vida com Pepe era muito boa. Nos 10 anos que vivi com ele, cresceu nossa compreensão, nosso carinho. Nós nos queríamos muito. Apesar de todo o tempo que passamos juntos e de se dizer que o amor vai acabando à medida que se passam os anos, nosso amor era muito grande. É uma grande mentira dizer que diminui. Nossa vida no exílio era com a perspectiva de voltar ao Chile. Desfrutávamos sempre de tudo o que podíamos: do sol, das pessoas, sempre a partir da perspectiva de luta do povo chileno. Ele trabalhou sempre muito mais que eu. Eu também trabalhei com as mulheres no exílio, no México e na Venezuela. No México, Pepe foi sub-diretor da revista "Punto Final" e colaborador de "Um Mais Um". No plano familiar, era uma vida boa, completa. Ele era um homem extremamente bom, honesto, não só comigo, mas também politicamente, em sua vida, em seu trabalho. Ao voltar para o Chile, ele se entregou por inteiro para lutar contra a ditadura de Pinochet, através do MDP (Movimento Democrático Popular) e da Intransi-

Sílvia Vera: um depoimento estarrecedor sobre a morte do jornalista chileno José Carrasco Tápia, seu marido.



Regina Vieira

gência Democrática, que é uma instância em que se reúne gente de diferentes posições políticas. E trabalhou na revista "Análisis", na editoria de internacional.

A PRISÃO

Pepe havia estado preso, durante dois anos, do fim de 1974 até 1976. Foi selvagemmente torturado. Nesta época eu estava à procura de meu primeiro marido, que havia desaparecido. Conheci Pepe justamente num campo de concentração, quando buscava meu esposo. Ele tinha duas marcas grandes, nas costas, porque estava muito gordo quando lhe prenderam. E, ao ligarem nele a descarga de eletricidade, se produziram dois vergões que o acompanharam toda a vida, que era pra ficar para sempre como produto da tortura. Ao voltar do exílio, comigo, se entregou ao trabalho de todo tipo, principalmente na revista. Foi eleito conselheiro, de forma democrática, no Colégio de Jornalistas e delegado do Colégio Metropolitano de Santiago. Esse era seu trabalho. E nós vivíamos como uma família comum, com três filhos, um meu e dois dele. Há dois anos e meio, quando voltamos do exílio, vivíamos os cinco na mesma casa.

O PRESENTIMENTO

Desde o dia em que chegamos sabíamos

que a qualquer momento poderia acontecer algo. No primeiro momento em que pisamos no país, já sabíamos que se julgava a vida dele ou a de qualquer um de nós. Muitas vezes pensava que, voltando do trabalho, ele não ia chegar à nossa casa, porque o problema era com ele. Mas no Chile não há uma lógica para isso. Qualquer um pode passar qualquer coisa. Em 90% dos dias que vivi no país eu pensava que esse dia ia chegar. Cada manhã, quando despertava e olhava o relógio e já havia passado o toque de recolher, pensava nele.

Mas isso tampouco impedia que fôssemos felizes. Vivíamos normalmente, tínhamos uma vida como a de qualquer família unida. Saíamos, quando podíamos, com as crianças. Os dois, queríamos-nos, tínhamos alegria. Essa coisa pode parecer estranha, mas tratava-se de nos sobrepor à morte, de viver. A morte sempre estava presente. Depois dele morto, recebi uma declaração que me mandaram da "Prensa Latina", em que Pepe responde a uma pergunta dizendo: "Amamos a paz e amamos a vida. Mas amamos mais a liberdade e a justiça. Estamos dispostos a dar a vida, se for necessário, para conseguí-las". Ele disse isso 48 horas antes de o matarem.

ÚLTIMOS MOMENTOS

Fazia sete dias que eu havia chegado de

Buenos Aires, porque estava enferma, de cama, em repouso absoluto. Ele já havia sido ameaçado. E queria cuidar de mim. Eu lhe disse para fazer o que tinha para fazer, porque estava tranqüila. Ele chegou, como sempre, contente, feliz por estar no Chile e poder participar dos acontecimentos, poder estar conosco. Antes que o assassinassem, ele me escreveu uma última carta. Pessoalmente, para mim, a mais linda carta que recebi. Ele me diz, com muita certeza, que eu havia me transformado no maior amor de sua vida. Também me falou de um certo temor da vida chilena. Disse que há muitos que crêem na liberdade do povo, na democracia e que, portanto, ele não tinha o direito de duvidar que alguma vez pudesse trocar sua vida e viver como vive qualquer

“No primeiro momento em que pisamos no país já sabíamos que se julgava a vida de qualquer um de nós”.

peessoa, porque isso significaria trair-nos a nós mesmos.

Esses dias foram como todos os outros em que estivemos juntos nos fins de semana. Eu estava doente e ele se preocupou em comprar comida, fazer comida, comprar frutas para a semana. Conversou bastante comigo. Mas não falamos, praticamente, nesses três últimos dias, sobre a morte ou sobre a possibilidade da morte, como havíamos falado tanto antes, quando ele foi ameaçado. Quando a situação se tornava tensa, falávamos muito disso. Nesses dias, nem sequer na noite em que fizeram o atentado à Pinochet, não conversamos sobre a possibilidade de não dormir em casa. É muito raro, porque, muitas vezes, em tempo de protesto, íamos para outro lugar.

No segundo dia de protesto, diferentemente do que fazíamos todos os anos, não colocamos a tranca nas portas e nas janelas, para que não as abrissem tão facilmente. Nesse dia, nessa noite, não fizemos nada disso. Quando soube da notícia do atentado à Pinochet, ele se preocupou muito com o fato jornalístico e falou muitas vezes, cinco, seis vezes, com Juan Pablo, com Maria Olívia, jornalistas da revista, para mudar a edição, porque o acontecimento político no momento era o atentado. Ele falou sobre isso das oito e meia às nove e meia. Quando chegou em casa à noite eu já estava dormindo. Só me lembro que ele me meteu um chocolate na boca. Ele sempre fazia isso: me dava chocolate, água. Eu era muito mimada. Ele era atento, muito cari-

“Nos três últimos dias, praticamente não falamos sobre a morte, como havíamos falado tantas vezes antes, quando ele foi ameaçado.”

noso. Ele deitou as crianças. Tocaram a campainha. Era o vizinho. Só soube disso depois de morto. E o vizinho lhe disse: “Pepe, por que não vai dormir fora?”. Ele respondeu que “sim, pode ser, mas já é muito tarde, umas onze e meia. A Sílvia está quase dormindo, doente, tem que levantar as crianças. Amanhã eu vejo”. E foi dormir. Falamos boa noite um para o outro, ele me disse que no dia seguinte teria que levantar cedo, porque estava atrasado para uma entrevista para uma revista do Uruguai. Eu adormeci antes dele.

O SEQÜESTRO

Às cinco da manhã eu senti os golpes na porta. Quando golpearam eu senti essa dor, como se sentisse que se seguiria algo terrível. Eu fui ver, abri uma janela e vi um homem que me disse: “É a polícia: Cadê José Carrasco?”. Não estava vestido de polícia coisa nenhuma. Respondi: “Um momento”. Fechei, voltei ao quarto, Pepe já havia vestido a calça. Disse “Pepe, te buscam”. Foi terrível. Eu sinto agora que nos dois anos que estive com ele naquela casa sabia que alguma vez iria dizer esta frase. E, de alguma maneira, teria que enfrentar essa situação. Peguei o telefone, chamei um vizinho. Pepe foi até a porta, porque continuavam à golpeá-la, cada vez mais forte. Ele disse: “Sou jornalista. E vocês, quem são?”. Então gritaram: “Abre a porta, não pergunte mais senão eu te dou uma machadada”. Ele voltou ao quarto para pôr o sapato. Estávamos quase paralisados. Quase não nos olhamos. Eu não tive força para dizer o que queria: “Tenha força, te quero, nós te amamos, conta conosco”.

“Meu filho tem onze anos e nesses onze anos já perdeu dois pais. Meu sonho é que ele possa crescer e viver num país realmente democrático.”

Nada, nada. Só senti então que a porta caiu e, num segundo, armados, avançaram sobre ele e não lhe deixaram nem colocar o sapato. Ele tentou falar algo e pediram que se calasse. Os homens não me olharam um só momento. Numa fração de segundo, o levaram. Eu os segui. Na porta me disseram para parar, que iam levá-lo para uma investigação. Parei, com as crianças, e um delas me disse: “Mãe, por que grita tanto?”. Eu, até hoje, não me lembro de ter gritado. Eu disse: “Não, não estou gritando, mas levaram seu papai”. Em seguida avisamos Santiago, avisamos Caracas. E nunca mais...

“Às cinco da manhã eu senti os golpes na porta. A hora que golpearam eu senti essa dor, como se sentisse que se seguiria algo terrível”.

A DOR

Estes 13 anos de ditadura têm sido uma dor terrível. A dor que sinto é de mulher, de mãe. Há 13 anos desapareceu meu primeiro marido. Há poucas famílias no Chile que ainda não foram tocadas de alguma maneira pela repressão. O erro humano é irreparável. Estou muito orgulhosa de ter tido o companheiro que tive: um homem lutador, honesto, leal, mas, no plano pessoal, de esposo, de pai, se perdeu para sempre, não volta mais.

Não sei como vou seguir a vida. Eu estava muito acostumada a viver a dois. Eu compartilhava tudo com ele. Para mim vai ser muito difícil continuar só, educar as crianças. Meu filho tem onze anos e nesses onze anos já perdeu dois pais. Sugeriram de ir embora para outro país, tratar de minha vida em paz. Acho que não devo. Sair do Chile seria para mim arrancar outro pedaço mais. Lá tenho minha família, minhas raízes. É meu povo. Tenho que seguir vivendo e lutando e denunciando para conseguir o ideal de Pepe e de muita gente, que é a tranqüilidade do povo sofrido.

Meu maior sonho é de que meu filho e os de Pepe possam crescer, ser homens dignos e ter a possibilidade de viver num país realmente democrático e com valores humanos importantes. Sonho que eles não sofram, que termine esta terrível ditadura, com o direito à vida assegurado às pessoas, o direito à educação, à participação, à saúde. Isso para o povo e para meus filhos, que nem sei se chegarão a ser homens um dia.

A crise do refugiado

Reflexão sobre o Salmo 137

Elza Tamez

Existem experiências que marcam o ser humano no mais profundo de seu ser. Podem ser experiências de amor, alegria, dor ou morte. Estas experiências profundas ficam gravadas em sua mente, sua pele e coração para o resto da vida. Qualquer circunstância ou detalhe fará reviver este momento.

O refugiado salvadorenho ou guatemalteco está irremediavelmente marcado por uma dessas experiências pungentes. Presencia mortes, ouve gritos, se sente perseguido. Suas lembranças são amargas. Vive um misto de sentimentos contraditórios: sente medo, coragem, ódio, desejo de vingança e também esperança. Sonha voltar a sua terra. Se juntarmos a este estado crítico do refugiado a falta de recursos econômicos e de apoio solidário, sua crise tende a se aguçar.

Na Bíblia encontramos várias experiências deste tipo, vivenciadas e sofridas pelo povo de Israel no decorrer de seus diferentes exílios. Detenho-me no Salmo 137 para ver de perto alguns traços da crise que se projeta sobre o refugiado ou exilado e que se deve levar em conta quando se deseja ser solidário com ele.

Escolhi um salmo por parecer-me que a linguagem poética seja um dos melhores meios de expressar as experi-

ências profundas que se vivem.

Torna-se ainda importante notar que a solidariedade da qual eu falo, vai além de dar alimento, roupa, casa, etc; trata-se aqui de penetrar profundamente no mundo real do exilado-refugiado ... E isto há de incluir sentimentos tão frequentemente esquecidos no nosso mundo racional.

CANTO DO DESTERRADO

À beira dos canais de Babilônia
nos sentamos e choramos
com saudades de Sião;
nos salgueiros que ali estavam
penduramos nossas harpas.
Lá os que nos exilaram
pediam canções,
nossos raptos queriam alegria:
"Cantai-nos um canto de Sião!"
Como poderíamos cantar
um canto de Yahweh
numa terra estrangeira?
Se eu me esquecer de ti, Jerusalém,
que me seque a mão direita!
Que me cale a língua ao paladar
caso eu não me lembre de ti,
caso eu não eleve Jerusalém
ao topo da minha alegria!
Yahweh, lembra
o dia de Jerusalém
aos filhos de Edom,

quando diziam: "Arrasai-a! Arrasai-a até aos alicerces!"

Ó devastadora filha de Babel,
feliz quem devolver a ti
o mal que nos fizeste!

Feliz quem agarrar e esmagar
tuas criancinhas contra a rocha!

O salmo faz alusão ao exílio da Babilônia (597-539). Durante este império houve várias deportações, começando com a população mais rica e terminando com a mais pobre. No ano 605 sai de Jerusalém o rei Joaquim e alguns da casa real (Cr 36,2-7). No ano 597, Joaquim, sua mãe e esposa mais 3 mil princesas, 7.100 homens de poder e 1 mil artesãos (2Rs 24,14-16). Com exceção dos mais pobres, o restante da população foi levada ao exílio no ano 586, quando foi arrasada Jerusalém (Jr 52,16).

Cinco anos mais tarde um grupo dos que ficaram — os mais pobres — foi deportado por haver se levantado contra o império da Babilônia (Jr 52,30). Pela forma tão emotiva pela qual se expressa o Salmo 137, se deduz que o autor deve ter sido alguém que presenciou os fatos de 585 (a invasão e destruição) e experimentou o exílio. Portanto, o poeta representa os sentimentos do "resto do povo" exilado no ano de 586, ou "dos rebeldes" levados cin-

co anos mais tarde em 581. Sua experiência no exílio foi extremamente dolorosa — fato inteiramente diverso dos primeiros deportados, os ricos, muitos dos quais optaram por permanecerem em Babilônia.

As imagens que estão na mente do poeta são aterradoras. Em primeiro lugar o seu povo foi reduzido de 250 mil habitantes (no séc. 8º) à metade entre os anos 597-587, incluindo mortos, exilados e pessoas que fugiram para outros lugares. A eterna cidade de Jerusalém, na qual se acreditava morar Yahweh foi destruída assim como também outras cidades importantes (Lashish, Dabir, etc).

A economia de seu país estava arruinada e o território reduzido. Além disto é também muito provável que o poeta haja presenciado a crueldade dos caldeus, especialmente em relação às crianças, durante a invasão.

Neste salmo, o poeta exilado experimenta tristeza, nostalgia, humilhação, amor, fidelidade, valor, vingança e ódio. Estas experiências refletem-se em sua crise. Vejamos mais de perto o poema.

EXPERIÊNCIA DE TRISTEZA

À beira dos canais de Babilônia nos sentamos e choramos com saudades de Sião; nos salgueiros que ali estavam penduramos nossas harpas.

O tempo passado destes versos nos fala de uma lembrança. Os verbos "estar sentado", "chorar", "recordar", "pendurar as harpas", conotam fracasso e tristeza. O exilado está marcado por uma lembrança amarga e as imagens **margem, canais** intensificam esta tristeza. O leitor entra no poema através "deste vazio" que o poeta sente em sua alma. Entretanto, não só o poeta que escreveu estes versos é afetado por esta situação. São muitos e muitos. Os verbos "estávamos" "sentados", "chorávamos", "recordávamos de Sião", nos indica que se trata de um salmo comunitário. Todo o povo exilado, unido entoava este poema amargo.

Já no primeiro verso aparece o motivo da tristeza: a grande Babilônia, próxima, versus a cidade de Sião, terra distante. A primeira, "estranha; a segunda, terra natal.

O exilado não se deixa iludir pela grandeza do império. Seu rio que incluem os famosos canais de irrigação

entre o Eufrates e o Tigre, nem os salgueiros e as margens conseguem impressionar os desterrados. Eles continuam preferindo a pequenina e distante Judá. É por isso que choram e penduram as harpas. Estes versos estão impregnados de nostalgia pela pátria. Porém não se trata aqui daquela nostalgia que se sente quando se está fora do país por vontade própria. Aqui se trata da história de desterrados que, pela força, foram arrancados de seu país e de suas origens e, portanto, recordar-se de Sião inclui não somente evocar as alegrias populares e familiares, os belos lugares, os entes queridos e a adoração no templo. Recordar-se de Sião inclui reviver o pesadelo da invasão do 586 a.C. na qual "a eterna" Jerusalém havia sido destruída junto com grande parte de seu povo.

EXPERIÊNCIA DE VIOLAÇÃO E IMPOTÊNCIA

Lá os que nos exilaram pediam canções, nossos raptos queriam alegria: "Cantai-nos um canto de Sião!" Como poderíamos cantar um canto de Yahweh num terra estrangeira?

Estes versos assinalam a recordação mais humilhante de sua experiência com os opressores no exílio: a violação da alma. Aqui aparecem os sujeitos causadores da desgraça: os deportadores.

Na Babilônia, os exilados se sentem sós e abandonados inclusive por seu Deus, impotentes frente aos opressores, esmagados na tristeza de viver em terra estranha. E nesta situação, os caldeus lhes pedem que cantem para seu deleite. Esta é uma intervenção brusca. Desrespeita-se totalmente o sentimento do exilado. Porém, não se trata apenas disto. Pedir um cântico de Sião é a pior ofensa que o exilado podia receber. Os cantares de Sião falam de sua grandeza, de sua solidez, de sua eternidade, do Senhor que a protege para sempre, de Deus como refúgio. Porém Jerusalém foi derrubada!

Os deportadores queriam não apenas divertir-se com cânticos folclóricos, mas o que mais queriam era burlar-se do povo de Judá e de seu Deus. Queriam fazer reluzir seu poder frente ao poder dos exilados e do seu Senhor. Nestes momentos, o exilado se sente impotente diante do opressor. O opressor quer violar-lhe a alma como se violasse sexualmente a uma mulher. Quer

obrigá-lo a produzir prazer e deleitar o torturador.

Porém o exilado se recusa a cantar. Para os hebreus, canto de Yahweh e terra estranha são opostos, Cantar em Babilônia significa infidelidade e adesão à violação. Os exilados preferem guardar para si esses cantos que orgulhosamente cantavam em Jerusalém e afundar-se em sua mais profunda crise de fé, tentando compreender o ministério de Deus.

Aos poucos e cada vez mais, o leitor vai compreendendo a experiência do exilado e se sente chamado a solidarizar-se e entrar de cheio na cena mais cruel. O poeta tenta envolvê-lo e convencê-lo por meio de interrogações. ("Como podemos cantar um canto de Yahweh em terra estranha?"), e de frases diretas do opressores "Cantai-nos um canto de Sião!").

EXPERIÊNCIA DE AFIRMAÇÃO E COMPROMISSO.

Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, que me seque a mão direita! Que me cole a língua ao paladar caso eu não me lembre de ti, caso eu não eleve Jerusalém ao topo da minha alegria!

Neste versos o poeta muda de ritmo. O tom melancólico ficou para trás. A humilhação evocada nos versos anteriores provoca nos exilados a necessidade de reafirmar-se e de comprometer-se com sua terra, seu povo, seu Deus. Este tipo de exilado está disposto a dar sua vida antes de trair seu povo, sua cultura e seu Deus. Promete não trocar Jerusalém por Babilônia como fez a maioria dos primeiros deportados (ano 597 a.C.). Estes, por serem ricos e terem poder se ligaram aos opressores e puderam adquirir propriedades e fazer negócios para prosperar na grande cidade da Babilônia (Jr 29,5ss). Não tiveram a intenção de regressar a seu país, nem sequer quando Ciro, o persa, deu esta oportunidade a todos os judeus.

O exilado, especialmente o pobre que vive em terra estranha, sente a necessidade de afirmar-se, de não perder sua identidade. Mas estes versos abrem possibilidades de entrar a esperança. A crise de fé dos versos anteriores se desfaz. O poeta, através destas palavras solenes, opta por Jerusalém, a devastada e humilhada; talvez o salmista, agora, pense que Deus não pode ser demolido como o fora Jerusalém, nem deixar sem punição a injustiça cometida. Deus está vivo ao lado da

pobre Jerusalém devastada e de seu povo pobre e oprimido. Os versos mudam até de número: da primeira pessoa do plural passam a primeira do singular. Isto acontece porque o compromisso e a afirmação de identidade têm que passar também pelas pessoas individualmente.

A palavra **alegria** (v. 6) contrasta com chorar e pendurar as harpas (v. 2). Nos primeiros versos chorava-se de tristeza e nostalgia por Sião. Neste verso (6) se promete o contrário: alegrar-se ao extremo pensando em Jerusalém. Nesta atitude de júbilo para com Sião o exilado mantém sua esperança viva. O leitor também é convidado a participar, a tomar a mesma posição. Sua atitude passa a ser de admiração.

EXPERIÊNCIA DE RESSENTIMENTO E DE VINGANÇA

Yahweh, lembra
o dia de Jerusalém
aos filhos de Edom,
quando diziam: "Arrasai-a!
Arrasai-a até aos alicerces!"

Nestes versos e nos que se seguem, o poeta revive a experiência de invasão por parte da Babilônia. O exilado deixa ver seu espírito de ressentimento e vingança. Pede a Deus que o defenda e que se vingue dos edomitas. Os edomitas eram os descendentes de Esaú, irmão de Jacob. Era de esperar-se que eles se solidarizassem com seus ir-

mãos de Judá e não se aliassem aos babilônios. Porém, também eles tiveram medo de ser igualmente arrasados e traíram aos de Judá, seus irmãos.

Em várias partes da Bíblia se lhes reclama esta falta de solidariedade e traição. Abdias, por exemplo, culpa-os: "No dia em que estavas presente no dia em que estrangeiros capturavam o seu exército, inimigos entravam por sua porta e lançavam sorte sobre Jerusalém, tu também eras como um deles!" (Ab 1,11)

Mais adiante ainda diz: "Não entres pela porta do meu povo no dia de sua desgraça! Não olhes também tu, para a sua calamidade no dia de sua desgraça! Não lances mão em sua riqueza no dia de sua desgraça! Não te coloques na encruzilhada para exterminar os seus sobreviventes! Não entregues os seus fugitivos no dia da angústia!" (Ab 1,13-14)

O leitor atual talvez acompanhe o poeta nestes versos.

Ô devastadora filha de Babel,
feliz quem devolver a ti
o mal que nos fizeste!
Feliz quem agarrar e esmagar
tuas criancinhas contra a rocha!

EXPERIÊNCIA DE ÓDIO E DE DOR

Estes versos representam o clima da crise do exilado. O poeta triste e nervoso, explode e deixa correr na bo-

ca de seu povo o ódio acumulado contra o opressor. Aqui se unem todas as experiências vistas até agora: amargura, dor, tristeza, impotência, vingança, valor, amor e ódio.

Retoma-se a primeira pessoa do plural: nós. Agora é o povo inteiro que se dirige a Babilônia para desejar-lhe o mesmo dano que sofreu Judá. Pede para parar por completo este poder devastador do Império. Pede vingança como os mártires do Apocalipse que, degolados debaixo do altar perguntam: "Até quando Senhor, Santo e Verdadeiro estarás sem fazer justiça e sem tirar vingança pelo sangue dos habitantes da terra?" (Ap 6,10)

Os últimos versos são horripilantes. O leitor de hoje, que não tenha tido uma experiência semelhante, tende a calar o poeta e distanciar-se do povo exilado, principalmente no último verso, exatamente quando mais transparece sua crise e mais necessidade tem de consolo, solidariedade e esperança, porque são precisamente estas as imagens e lembranças que guardam de seus filhos e que não lhes deixam dormir. Este é o final do poema que todavia não termina. Continua sendo cantado em Guatemala, El Salvador ...

(Traduzido pelo Centro de Estudos Bíblicos — Cebi).

Elza Tamez é biblista metodista, nascida no México. Reside atualmente na Costa Rica. É autora de "Carta de Tiago — uma leitura latino-americana" (Imprensa Metodista/Facteol).



PUBLICAÇÕES DO CEDI

Faça seu pedido
através de cheque
nominal para o CEDI
Av. Higienópolis,
983 — 01238
São Paulo — SP

| | |
|---|------------|
| <i>Pão, Vinho e Amizade (Julio de Santa Ana)</i> | Cz\$ 65,00 |
| <i>Poesia Profecia Magia (Rubem Alves)</i> | Cz\$ 20,00 |
| <i>Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)</i> | Cz\$ 20,00 |
| <i>Poetas do Araguaia</i> | Cz\$ 20,00 |
| <i>Batismo Eucaristia Ministério</i> | Cz\$ 15,00 |
| <i>Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)</i> | Cz\$ 15,00 |
| <i>Protestantismo e Política</i> | Cz\$ 10,00 |
| <i>Estudos Bíblicos de um Lavrador</i> | Cz\$ 10,00 |
| <i>Chamados a dar testemunho hoje</i> | Cz\$ 10,00 |
| <i>Jesus Cristo, a Vida do Mundo</i> | Cz\$ 25,00 |
| <i>De Dentro do Furacão (Richard Shaull)</i> | Cz\$ 30,00 |



MULHER E CONSTITUINTE

Silvia Pimentel



João Roberto Ripper/F4

Pela especificidade dos direitos das mulheres.

Muito se enfatiza o aspecto negativo da eleição de um Congresso Constituinte em vez de uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda com a agravante desta eleição dar-se juntamente com a dos governadores. De fato, é lamentável a não desvinculação da Assembleia Constituinte do Congresso Nacional. Esta separação muito provavelmente traria maior autonomia, maior representação dos movimentos sociais emergentes e,

Este artigo foi originalmente escrito para o "Dossiê Constituinte II questões nacionais e propostas populares", CEDI, editor geral: Cesar Caldeira, a ser publicado em breve.

assim, maior legitimidade à futura Carta.

Também é provável que haveria maior espaço para o debate constituinte, se este não fosse atropelado e abafado pela eleição dos governadores, quando os grandes interesses políticos partidários de cada estado vivem um dos seus mais aguçados momentos.

Embora dedicando algum espaço ao tema, o "comprometimento" dos meios de comunicação de massa não chega a levá-los, a valendo-se de todo o seu poder de comunicação, fazer chegar às massas uma mensagem didática, que realmente contribua para uma boa compreensão do significado

político de uma nova Constituição. Só assim seriam criadas condições para de forma maciça, a população poder participar do processo constituinte.

Mas os inúmeros debates que estão ocorrendo a nível nacional, promovidos pelos mais diversos segmentos organizados da sociedade brasileira, as inúmeras cartilhas e publicações bem como os avanços advindos desta discussão são bastante significativos, e nos permitem prever que, apesar das inúmeras dificuldades, a futura Constituição não será tão dissociada da realidade social, e tão pouco representativa das camadas populares, quanto a foram as

sete constituições anteriores.

Não muito visível do público, pelas razões expostas, que não esgotam o arrazoado mas servem de razoável amostra, o movimento de mulheres, através de centenas de seus grupos organizados em todo o país, está cada vez mais ativo e participante do debate constitucional.

A proximidade de uma nova Constituição e a possibilidade de participar na sua feitura tem sido estímulo importante à mobilização e à discussão, levando com frequência os grupos a extrapolar os temas-objetos de seu trabalho direto e de suas reflexões, no esforço de apresentarem propostas que, de forma mais ampla, abranjam toda a especificidade dos direitos da mulher, bem como os problemas fundamentais de um país na busca da democracia.

CONSTITUINTE PRÁ VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER

Com este lema, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou a campanha "Mulher e Constituinte". Inspiradas por esta convicção, milhares de mulheres brasileiras reuniram-se durante meses, estudaram, debateram e formularam suas reivindicações.

As propostas do 1º Encontro da Mulher do Sertão, organizado pelo Movimento de União das Mulheres de Petrolina, Pernambuco, aprovadas na plenária do dia 10 de agosto último, são exemplos concretos do avanço da conscientização da mulher brasileira face à sua cidadania, reivindicações estas que expressam uma mulher consciente de seus direitos e deveres enquanto cidadã-mulher. Como prova desta minha avaliação apresento quatro destas propostas:

1. A próxima Constituição deve garantir o direito ao trabalho, saúde, educação e à liberdade de expressão;

2. Que a atividade da trabalhadora rural seja reconhecida como categoria profissional;

3. Que a reforma agrária seja anti-latifundiária, ampla e massiva, conforme a reivindicação dos trabalhadores e que a mulher tenha acesso à propriedade de terra e que só os brasileiros tenham direito a ela;

4. Que defina o planejamento familiar como parte essencial de uma política de saúde, garantindo

João Roberto Ripper/1-4



orientação e assistência à mulher em todas as fases de sua vida, respeitando a opção do casal de ter ou não ter filhos e com a divulgação ampla de informações acerca de métodos de contracepção e a exclusão de instituições particulares, nacionais ou estrangeiras, que visem a controlar a natalidade sem a participação consciente do casal".

Este documento do sertão pernambucano e mais dezenas de outros, pelas mãos de mais de mil mulheres chegaram a Brasília no dia 26 de agosto e serviram de subsídios para a elaboração da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes.

Esta Carta é, no meu entender, a mais ampla e profunda articulação reivindicatória feminina brasileira. Nada igual, nem parecido. É marco histórico da práxis política da mulher, grandemente influenciada pela teoria e práxis feminista dos últimos 10 anos.

A mulher urbana e a mulher rural; a mulher dos meios acadêmicos, a semi-analfabeta e a analfabeta; a mulher branca e a mulher negra; a mulher jovem, a mulher madura e a mulher idosa; a mulher trabalhadora e a mulher doméstica (patroa ou empregada); a mulher casada, a mulher companheira, a mulher mãe-solteira; a mulher bem assalariada e a mulher explorada e despossuída, todas elas estão representadas neste conjunto de propostas.

E a mulher não se limitou às suas especificidades. Mostrou que as colocam dentro do contexto mais amplo das questões gerais

que interessam a todos, homens e mulheres.

Não valem, a meu ver, críticas no sentido de que muito do que é apresentado não cabe em uma Constituição. O que importa é a mulher expressar com clareza e firmeza suas reivindicações. Todas serão úteis. Ou para informar diretamente o texto constitucional ou para inspirar legislação complementar e ordinária que deverá necessariamente seguir-se à nova Constituição.

Finalizando, quero referir-me à "ilusão constitucional" representada pela maioria das nossas constituições, bem como, novamente, à série de obstáculos a uma efetiva participação popular nesta Constituinte. Mesmo assim, quero fazer uma profissão de fé. Acredito que a futura Constituição, apesar de todas as dificuldades, inclusive dos "lobbies" das forças econômicas organizadas, estará mais colocada à sociedade civil e, portanto, mais próxima dos anseios e aspirações de cada cidadã e cidadão, do que todas as que a precederam.

O nível de organização popular do Brasil 86/87 não se confunde com o nível desta organização no momento da elaboração das Constituições antecedentes. É neste contexto que se destaca a atuação pré-constituinte do movimento de mulheres, peça fundamental integrante desta força popular emergente.

Silvia Pimentel é professora de Direito na PUC-SP. Autora de "A mulher e a Constituinte — Uma contribuição ao debate", Cortez Editora e Educ. 1985.

Casaldáliga celebra mártires e diz que pode ser mais um

Douglas Mansur



Entrevista a Edmilson Zanetti

O pacato povoado de Ribeirão Bonito, na prelazia de São Félix do Araguaia, norte do Mato Grosso, só teve seu silêncio quebrado duas vezes nos últimos dez anos. Uma, no dia 11 de outubro de 1976, data em que o soldado Ezy Ramalho Feitosa assassinou o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, com uma bala que na realidade era endereçada ao bispo Pedro Casaldáliga, quando os dois religiosos foram reclamar das torturas que duas mulheres estavam sofrendo na cadeia local. Outra, nos dias 11 e 12 de outubro passado, quando mais de dois mil romeiros, entre agentes de pastoral, padres, freiras e bispos, vieram de todos os cantos do Brasil e até do exterior, para celebrar exatamente a memória de Burnier e de outros que deram a vida pela causa popular: o estudante Alexandre Vanucci, o jornalista Vladimir Herzog, o metalúrgico Santo Dias da Silva, o padre Josimo Moraes Tavares, a sindicalista Margarida Maria Alves, o índio Marçal Tupã-Y e o arcebispo salvadorenho dom Oscar Romero, entre tantos. A Romaria dos Mártires da Caminhada, como foi chamada a manifestação, foi marcada por uma procissão de três quilômetros, de Cascalheira a Ribeirão Bonito, dia 11, à noite, uma missa ao ar livre, em Ribeirão Bonito, dia 12, pela manhã, e a inauguração do Santuário dos Mártires da Caminhada, a pouco mais de 300 metros da cadeia que protagonizou o martírio do padre João Bosco. A significação política das celebrações ficou bastante clara aos romeiros. E é sobre ela que dom Pedro Casaldáliga falou, sentado no chão em frente ao Santuário dos Mártires da Caminhada, assim que terminou a missa, nesta entrevista à "Tempo e Presença".

Qual o sentido da celebração dos mártires para o movimento popular?

O movimento popular autêntico é um movimento de luta organizada, de luta fiel até o fim. E os mártires são aquelas testemunhas excepcionais que responderam, ao movimento popular com a sua própria vida. Caminhada do povo e caminhada dos mártires são palavras sinônimas. Os mártires aqui presentes são lavradores, indígenas, operários, mulheres, defensores do povo, advogados, jornalistas, estudantes, que se comprometeram, ou agentes de pastoral, bispos, padres e irmãos leigos já realmente comprometidos com o povo.

O martírio é um instrumento necessário na luta pela libertação dos povos?

Não sou eu quem acha isso, a Bíblia achou. Ela diz que não há redenção, não há libertação, sem sangue. E Jesus disse que era necessário que o filho do homem passasse pela paixão e pela morte para ressuscitar. Nós sabemos que o poder da mentira, do ódio,

da morte, não se sacia fácil. Houve, há e haverá mártires, porém vencedores, gloriosos. Faremos o possível para salvar os mártires ainda vivos. Como diz dom Tomás Balduino, queremos que os nossos mártires sejam profetas ainda por muito tempo com a própria boca, com os próprios passos, antes de serem profetas com o próprio sangue.

Qual a diferença entre o martírio de hoje e o martírio dos primeiros séculos do Cristianismo?

Eu diria que a diferença não é tão grande. Acontece que conhecemos pouco a história da Igreja. O próprio Jesus, o primeiro mártir, foi massacrado pelo império, pela sinagoga, pelos interesses dos grandes. E os primeiros mártires, nos três primeiros séculos da Igreja, foram todos eles martirizados pelo poderio, pelas apetências, pelo orgulho e pela crueldade do império romano. E todos os outros mártires, inclusive os famosos missionários, se chocaram com certos imperadores que não aceitavam que seus respectivos

povos se libertassem. Agora, eu não tenho dúvida de que, na América Latina, depois do Concílio Vaticano 2º a consciência deixou de lado toda a dicotomia e fez da Bíblia a vida e da vida a Bíblia, entrosou a Igreja dentro da movimentação popular, a Igreja se abriu para os pobres e os pobres invadiram a Igreja. Isso faz com que o martírio nesta América Latina tenha um cunho mais caracteristicamente popular e político, no mais forte sentido da palavra: o cunho da libertação integral.

América Central já deu muitos mártires, inclusive um bispo, dom Oscar Romero, de El Salvador, que se transformou em símbolo em todo o Continente. Dá pra imaginar o que poderia acontecer com o resto da América Latina se a Nicarágua fosse invadida pelos Estados Unidos?

Se a Nicarágua for invadida pelos Estados Unidos, compromisso pessoal, eu vou lá dar testemunho, rezar e morrer com os nicaraguenses para ressuscitar com eles. E eu sei que pelo menos esta América Latina da caminhada se levantará.

Dois livros sobre a relação homem-mulher

A representação do amor: homem, mulher e medo. A relação conjugal é dialética. Movimento de encontro e desencontro. Nesse sentido, homem e mulher só podem se configurar como tais um frente ao outro, pois "é na relação que o humano atua e se revela."

Homem, Mulher e Medo, de Siloé Pereira Neves é uma pesquisa sobre as relações que se estabelecem entre homens e mulheres; uma tentativa de compreensão da dinâmica interna desse relacionamento, "concretizado no fato de ser-com."

Num caminho em busca da identidade da mulher, a autora a descobre fazendo-se através do homem. Descobre o massacre psicológico das relações sociais sobre os indivíduos. Aponta esse massacre no conservado-

rismo da relação conjugal e no papel social atribuído à mulher.

"Nessa busca de simbolizar a própria verdade", o trabalho de Siloé não é linear. Ao longo de três anos de pesquisas, delimitadas em torno de um grupo de homens e mulheres, pertencentes a um mesmo universo (social, temporal e espacial), a autora recicla o movimento em torno da pergunta/tema de seu trabalho: "o que está acontecendo com os relacionamentos entre homens e mulheres?"

Diz a autora: "Apenas ouço, delato, conto, encontro, elaboro, discuto, escrevo, do jeito que posso. E o que **vejo** e **vivencio** é muito mais do que consigo escrever."

A compensação das respostas é o "caminho da ampliação da consciência." (Vanderley Mendonça)

Homem-mulher e medo: metáforas da relação homem-mulher. Siloé Pereira Neves, Vozes, Petrópolis, 1986, 200 p.



A indústria cultural tem um papel importante na reelaboração dos papéis sexuais. Partindo dessa constatação, Denise Alves escreveu **O desencontro marcado**, apresentado, em sua versão inicial, como dissertação de mestrado ao Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, em 1983, e agora publicado pela Editora Vozes.

Trata-se de uma análise ideológica dos meios de comunicação de massa representados aqui por duas revistas brasileiras: **Nova** e **Ele/Ela**. A primeira é dirigida ao público feminino, e a segunda, ao masculino. Uma adota a linha editorial "de apologia à realização pes-

soal e de construção da Cinderela moderna"; a outra, apoia-se no tripé machista de "sexo-dinheiro-sucesso".

Para a autora, "a construção dos discursos de **Nova** e **Ele/Ela** indica que a indústria cultural tende a reforçar os conflitos existentes na relação homem-mulher, em setores de classe média urbana, no Brasil". Na verdade, os discursos avançam em direção oposta, em rota de colisão, gerando então o desencontro. Forjam expectativas diferentes quanto às "formas de satisfação sexual, formas de integração e delimitação da individualidade no casamento".

O desencontro marcado: a velha-mulher-nova e o machão-moderno. Denise Alves, Vozes, Petrópolis, 1985, 172 p.



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 50,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50 América do Norte: US\$ 65 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.



Mulher de Sarzedo

Carlos Rodrigues Brandão

Quem entre os vivos
haverá de querer essa moça,
aos vinte e dois anos anêmica
e sem os dentes da frente?
Vestida de feira e sandália de mercado,
aquela que espalha com usura e conta
na palma da mão magra a safra dos centavos.
Flor, químera, primavera,
quem terá com ela sonhos de silêncios
nas noites em que Minas é mais quente
e das paredes escorre um melado doce
que a corpo cheira e cheira a arvoredos?
Roseira nascida em fevereiro
e antes de outubro ressecada,
não da qualidade comum de sua selva
mas de uma espécie má de vida coletiva
que as fábricas em Belim mastigam
e cospem toda a tarde às cinco horas.
Ralo o sangue doente, a custo carregado
na máquina gasta e moída do esqueleto,
nos rios de água lenta e turva da alma
que cedo perdeu e não soube mais achar
as aventuras do sonho e do esperar.

A participação dos cristãos na política partidária

3.^a parte

Encarte de Tempo e Presença n.º 214
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI

Apresentação

Continua muito oportuno o debate sobre a participação dos cristãos na política partidária. As últimas eleições realizadas no país ofereceram novos elementos para o debate. Como avaliar os resultados obtidos quando as grandes máquinas eleitorais se constituíram como vencedoras do pleito e se intitularam como conduto da vontade do povo? Qual foi o peso político dos grupos cristãos nesse processo eleitoral? Certamente que vivemos momentos de avaliação e reflexão, pois a luta pela construção de uma sociedade justa e democrática é mais profunda e duradoura ultrapassando a conjuntura das eleições.

Neste terceiro encarte, estamos publicando dois novos artigos, sendo que um deles traz o comentário de Clodovis Boff às diversas observações feitas à sua primeira colocação que provocou tão fecunda troca de idéias.

O CEDI espera que esse seu esforço em proporcionar aos leitores de "Tempo e Presença" e a todos aqueles envolvidos na prática pastoral e política – elementos para a discussão de tema tão atual tenha se constituído como subsídio para o crescimento de nossas comunidades.

"Tempo e Presença" Centro Ecumênico de Documentação e Informação CEDI

Índice

| | |
|---|-----|
| Os cristãos e a democracia (Herbert de Souza)..... | p.3 |
| De volta a questão (Clodovis Boff)..... | p.6 |

Os cristãos e a democracia

Herbert de Souza

O debate aberto pelo artigo de Clodovis Boff sobre “Os cristãos e a questão partidária” despertou em mim uma indagação sobre a questão dos cristãos e a democracia. Creio que sem uma referência a essa questão, não é possível concluir se é boa ou ruim a presença dos cristãos na política e também, sobre a forma de como os cristãos deveriam fazer, ou não fazer, política partidária. Perguntar se deve ser estimulada, ou se é boa a presença dos cristãos nos partidos políticos tem muito sentido se nos lembrarmos da natureza e qualidade dessa presença nos partidos democratas cristãos e conservadores sem contar as experiências integristas, integralistas e de direita explícita...

Buscar na fé o fundamento para a ação política só pode ser suficiente para quem tem fé e, como o mundo também é composto pelos sem fé, seria muito importante que os cristãos buscassem fun-

damentar sua presença na política num tipo de princípio que, sem contrariar a fé, não tivesse a fé como princípio. Essa questão, no entanto, não existe para todos aqueles que a partir da fé propõem uma sociedade só para os cristãos, portanto, não democrática. Uma vertente autoritária ou liberal capitalista (acostumada a discriminar maiorias) tem condições de buscar na fé o fundamento para suas propostas e, na verdade, essas são as vertentes dominantes do pensamento cristão no passado e no presente...

Creio que a proposta de uma sociedade democrática (radicalmente igualitária e participativa) é compatível com uma leitura do Evangelho, mas não é demais repetir que essa não tem sido a única leitura, nem a dominante. A questão, portanto, não é disputar um lugar ao sol para a fé e os cristãos no terreno da política, ou sua supremacia,

mas se perguntar como elaborar uma proposta democrática de sociedade onde cristãos e não cristãos possam se encontrar.

E, nesse caso, o ponto de partida é a democracia e não a fé, ou, colocado de outra forma, a definição dos princípios da democracia a partir dos quais cristãos e não cristãos possam se encontrar sem se negar. Nesse caso, não se trata de uma proposta de acordo, de conciliação, mas de coincidência básica, fundamental em relação à proposta de uma sociedade democrática.

Creio que cristãos e não cristãos podem construir uma proposta de democracia baseada na afirmação de três princípios: a igualdade manifesta em todos os níveis da atividade humana, a participação e a aceitação da diversidade (que alguns chamam de pluralidade).

O princípio da igualdade questiona todas as relações existentes de forma permanente e em profundidade, e não existe uma relação social, econômica, política ou cultural que possa escapar dessa verificação. Todas as questões concretas de nossa sociedade tem como ponto de referência a realização ou não desse princípio, da reforma agrária até a luta pelos direitos humanos das menores minorias...

O princípio da participação de todos em tudo e a todo o momento, é que produz a igualdade e torna impossível o paternalismo ilustrado dos justos e iluminados. Sem participação nada é realmente igual.

O princípio da diversidade abre o espaço para a realização plena da igualdade sem a eliminação das diferenças, da criatividade, da liberdade e do desenvolvimento pleno das potencialidades de todos e de cada um ou uma. Que todos tenham o direito a comer... mas que o cardápio possa ser o mais variado possível.

A aplicação desses princípios à vida e a organização concreta da sociedade me parece totalmente compatível com os princípios da fé cristã, onde a pessoa humana é elevada a uma tal dignidade que jamais a tornaria objeto de uma sociedade desigual, autoritária e sectária. Por outro lado, se a fé pode ser coerente com esses princípios, a razão humana também pode, e é aí que o encontro pode se dar. O cristão pode fundamentar sua adesão a esses princípios básicos da democracia pela fé e pela razão e pode, portanto, propôr uma sociedade onde todos possam se unir a partir dos mesmos princípios.

O não cristão pode aderir em profundidade aos princípios da democracia a partir de um tipo de proposta que encontra sua coerência na razão e que, ao mesmo tempo, responde a uma inspiração de caráter ético perfeitamente compatível com a opção democrática dos cristãos.

De todo jeito, não é nem a fé nem a razão em si mesmos que justificam a adesão a qualquer proposta de sociedade. Em nome da fé e da razão, quase todos os crimes já foram cometidos contra os direitos fundamentais dos homens. O fundamento de uma sociedade democrática reside no conteúdo da proposta e, fundamentalmente, na universalidade de seus princípios. Nesse sentido não interessa se uma sociedade é cristã ou racional. O que interessa é se ela é democrática. Em consequência, o fundamental não é saber se o cristão participa da política ou não, mas se sua militância política contribui ou não para a construção de uma sociedade democrática. Da mesma forma, me parece que, a essa altura do desenvolvimento do marxismo não faz sentido perguntar, se uma proposta de sociedade está ou não fundamentada no marxismo, ou em tal ou qual interpretação de Marx, mas em se perguntar se o marxismo é capaz de ajudar a produzir uma sociedade democrática e se o desenvolvimento do marxismo significa o desenvolvimento do pensamento e da

prática que nos leva a uma sociedade democrática. E é importante observar que também existem os marxistas autoritários que em nome de uma interpretação de Marx tentam impor aos demais a ditadura de sua proposta e de sua visão do mundo. Assim como existem os marxistas liberais convencidos de que é a partir do capital que a democracia virá. Por isso poderíamos também, em relação aos marxistas, recitar o velho adágio: "Nem todo aquele que diz Marx, Marx, pertence ao mundo da democracia..."

Marx só é importante na medida em que sua análise e crítica política do capitalismo pode ajudar na formulação de uma proposta democrática de sociedade.

Finalmente, um comentário sobre a questão da opção pelo pobre e a questão do popular. Não quero entrar na discussão sobre o perigo do populismo. Sobre isso muito se escreveu, mas simplesmente observar que atualmente muitas pessoas to-

mam o adjetivo popular como uma categoria substantiva e definidora da verdade de uma posição. Ser popular, estar ao lado dos movimentos populares, aderir ao povão, passam a ter valor em si mesmos. Creio que por esse caminho, também podemos chegar a qualquer lugar, inclusive, mas não necessariamente, à sociedade democrática. A dominação ideológica e política do capital sobre o conjunto da sociedade, internaliza as idéias do dominador também no dominado. Portanto, o simples fato de ser dominado (popular) não define uma proposta alternativa de libertação. O popular também pode ser o autoritário.

Com essas observações, queria simplesmente colocar no centro do debate aquilo que creio ser o ponto de referência que importa para todos, cristãos e não cristãos, a questão da democracia, essa sociedade a que chegaremos um dia, principalmente se conseguirmos chegar a ela unidos e unindo a maioria dos seres vivos desse planeta.

De volta à questão

Clodovis Boff

Não quero aqui propriamente responder aos comentários feitos à minha reflexão sobre “os cristãos e a questão partidária”. Isso desviaria o debate para o campo da polêmica e polarizaria as posições em torno de pessoas (“eu sou por este”, “eu sou por aquele”) em detrimento do problema objetivo que está em debate. Desejo antes retomar posição diretamente frente a essa mesma questão, mas agora levando em conta os comentários e críticas feitos.

I. CONSENSO À QUE SE CHEGOU

Entre todos os que estão participando do debate, parece emergir um acordo fundamental quanto à necessidade da **formação e acompanhamento pastoral dos cristãos engajados**.

Aceita-se, portanto, a articulação dos cristãos comprometidos pelo lado da esfera eclesial. Ou seja, admite-se a idéia de uma “articulação **pastoral dos militantes**”. Esta se daria concretamente na forma de “pastoral de acompanhamento” desses “militantes”. Seu objetivo, concorda-se, seria **aprofundar a experiência e a reflexão da fé** bem como **preparar melhor os cristãos para a prática político-partidária**. Desse modo, acredita-se, se superará o problema sentido por todos: o afastamento dos cristãos engajados de suas bases religiosas.

Portanto, concorda-se na “articulação (pastoral) dos **cristãos militantes**” e não na “articulação (política) dos **militantes cristãos**”.

De fato, quanto a esta última, a “articulação política”, existe ceticismo e mesmo discordância

aberta. Teme-se que represente a ressurgência da idéia de “cristandade”, agora sob nova forma.

Resumindo os resultados do debate no ponto em que se encontra, pode-se dizer que se aceita **parte** da proposta: a “pastoral de acompanhamento dos cristãos comprometidos”. A outra parte, a da “articulação política” — é preciso reconhecê-lo — não está recebendo boa acolhida, sendo no geral rejeitada.

O balanço que se acaba de fazer da discussão recentemente lançada já registra, em meu modesto juízo, um resultado extremamente positivo: a convicção de que se abre para a Igreja uma nova tarefa pastoral: a formação religiosa e política dos cristãos que estão na linha de frente das lutas sociais.

Esse consenso representa um passo importante, um passo em frente, na caminhada da consciência eclesial. Isso poderá legitimar as experiências já em curso nesse campo, ajudando a ampliá-las e aprofundá-las.

Desse modo, o problema mais imediato e evidente — o deslocamento dos cristãos engajados de suas bases eclesiais — encontra um princípio de solução.

Ora, parece-me tão satisfatório esse resultado que se poderia encerrar aqui a discussão. Ela já produziu frutos. Mas...

II. UMA MEDIDA DE PRUDÊNCIA

Mas, e a “articulação política” dos cristãos, como é que fica? E essa é a outra metade do problema, tal como foi colocado.

Quanto a esse ponto, é preciso partir da realidade. A realidade é que existem, aqui e ali, cristãos engajados que estão se articulando em torno de propostas e práticas explicitamente partidárias. Não constituem propriamente grupos organizados, como pode sugerir a colocação em termos de “articulação política dos cristãos”. São antes

agregações livres e abertas, espécies de “aparelhos de conversa”, como diz Peter Berger: lugares onde se trocam idéias em torno de interesses comuns (no caso, político-partidários) e a partir de certa afinidade mental e afetiva (no caso, cristã).

Ora, agrupamentos ou articulações assim, incipientes e difusas, existem Brasil afora, ainda que as dimensões reais desse fato sejam por natureza difíceis de medir. São cristãos comprometidos, ligados às CEBs, ou saídos delas, especialmente jovens, que já “não agüentam mais a indefinição política da Igreja” como desabafava um deles.

Pois bem esse dado da realidade, perceptível para quem anda nas bases, não foi a meu ver levado suficientemente a sério na discussão em curso. E isso fez com que se considerasse a idéia da “articulação política” dos cristãos como algo de **programático**, no sentido duplamente negativo: como algo **proposto** de fora para dentro (e não como uma experiência existente) e como algo **rígido** (e não como um processo incipiente e flexível). Daí ter-se levantado, em uníssono, a grita de “neocristandade”.

Ora, frente à realidade dessas “articulações” difusas e por vezes passageiras, que atitude teológica e pastoral tomar?

Acredito que não existam razões, teóricas e práticas, para deslegitimar teologicamente ou impedir pastoralmente tais cristãos articulando-se ou articulados. Responder a um processo real com um **non expedit** teórico (indefinido) é não responder na realidade. Precisamos, talvez, de mais tempo (de experiência e de reflexão) para amadurecer melhor a questão.

Por isso mesmo, a fim de deixar o caminho da história aberto, sem bloqueá-lo, apelando previamente para posições doutrinárias ou passadistas (fundadas em fracassos do passado), talvez seja prudente adotar aqui uma posição adequada ao fenômeno, isto é, igualmente flexível e aberta, dentro de um sadio pragmatismo pastoral. Penso numa saída prática de tipo **pluralista** (como sugere

re L.E. Wanderley em seu comentário, nº 6 e 8). De fato, entre os dois extremos a evitar: a “cristandade”, que confunde Igreja e partido, e o “secularismo”, que dissocia indevidamente as duas esferas, há todo um leque de posições mais ou menos legítimas: desde a articulação exclusivamente **pastoral** dos cristãos (como se está pronto a aceitar) até a articulação explicitamente **política**, passando por variações, como a articulação política **mista** (cristãos e não-cristãos) e a articulação (pastoral e/ou política) **ecumênica** (católicos e evangélicos).

Para fins práticos, essas considerações me parecem suficientes. Contudo...

III. PARA LEVAR À FRENTE A QUESTÃO DA “ARTICULAÇÃO POLÍTICA” DOS CRISTÃOS

Contudo, a questão que aqui se tocou é tão importante que ela desperta toda uma série de outras questões. Essas questões, a partir dela, ganham um novo relevo e solicitam uma nova reflexão. É o que estamos vendo no concreto. Tudo isso é sinal de que estamos mexendo aqui com uma questão central. Por isso gostaria aqui de fazer algumas colocações, com o intento de ajudar a abrir o caminho do futuro e de certo modo projetá-lo.

1. É possível dissociar “formação de cristãos engajados” de sua “articulação política?”

Viu-se que se está pronto a aceitar a primeira, mas não a segunda. Contudo, pode-se perguntar se uma coisa não puxa a outra. Por outras: é possível favorecer uma qualificação política dos cristãos mais comprometidos sem partir da prática? E aí não se encontrará forçosamente em questões concretas como: que partido, que candidato, que programas e que estratégias? A “formação de quadros” não levará necessariamente à questão de como a fé se encarna na política, etc? Talvez isso sugira que a articulação pastoral” e a “articulação política” dos cristãos engajados não sejam dois problemas separados, mas dois aspectos do mesmo problema.

Limitar-se à pastoral é certamente permanecer dentro do espaço eclesial. Este seria apenas dobrado: ao lado da CPT e da CPO, surgiria agora a CPM — “Comissão Pastoral dos Militantes”. Contudo, aí dentro, teria o leigo seu espaço próprio e autonomia?

Por outro lado, é possível que a proposta restritiva de limitar-se apenas à “pastoral da militância” seja nesse momento o “histórico viável” para a Igreja. Embora não represente realmente um **salto** é certamente um **passo**, e um passo na boa direção.

2. O risco de partidarização das CEBs

Para quem trabalha nas CEBs é um fato inegável: existe uma pressão crescente no sentido de as CEBs tomarem posição político-partidária.

Até quando as CEBs vão aguentar essa pressão? Se não se abre um espaço específico entre as CEBs e o partido, um espaço político-pastoral, é sério o risco de as CEBs se tornarem células de um partido. Se isso vier a acontecer, não há dúvida: a hierarquia irá intervir, com o risco de cair depois no extremo oposto: o fechamento das CEBs numa posição de apolitismo total.

Talvez se aproxime o dilema: ou vai-se continuar a assistir à hemorragia dos cristãos comprometidos ou as CEBs vão-se partidarizar. Não parece então fazer falta um elo intermediário que permite ligar CEBs e partido, ajudando a passar sem rupturas de um a outro pólo?

Um jovem cristão engajado confessava seu mal-estar por não possuir uma identidade própria com estas palavras: “Na comunidade nos chamam de marxistas, e no partido, de igrejeiros. Que fazer?”

3. Volta à idéia de “cristandade”?

O ponto de cristalização das resistências a admitir a “articulação política” de cristãos é o fan-

tasma da cristandade, a intervenção da religião no caso, da Igreja, na política, seja diretamente (como na cristandade medieval) seja indiretamente (como na neo-cristandade moderna, via partidos cristãos).

Mas se há de qualificar apressadamente de cristandade toda e qualquer intervenção dos cristãos, articulados ou não, na esfera política? Não parece, à condição de que os cristãos respeitem e promovam o caráter rigorosamente laico ou secular da esfera política.

Articulados ou não em torno de certas propostas políticas, os cristãos atuam decerto **a partir da fé**, mas sempre **em função** dos grandes valores humanos e universais do Evangelho e não em função dos interesses meramente corporativos da instituição eclesial. A “teologia do Reino” proíbe toda e qualquer ressacralização da política, pelo fato de afirmar: Deus está também fora da Igreja, lá onde se realiza seu Reino, i.e., sua “Política”.

Por isso mesmo, não se pode aqui confundir a expressão **confessional** ou religiosa de fé e expressão **aconfessional** ou secular da mesma fé. A fé penetra no político na forma de ética (como “fé secular”) e não na forma de confissão (como “fé religiosa”). Existe, pois, um autêntico “cristianismo secular”. E pode-se perguntar aqui se a crítica à cristandade não se tornou hoje uma crítica facilitona; se já não é um “lugar comum” que dispensa todo pensamento mais sério, rejeitar tudo o que é ou parece cristandade.

Ora, essa crítica não dialética da cristandade cai facilmente no seu extremo oposto: o secularismo. E não está exatamente aí o problema do desligamento dos cristãos engajados de suas bases? Não se percebeu que os tempos andaram e que hoje a questão real não é mais a cristandade, mas sim o secularismo. Grita-se ante o perigo da cristandade, mas não se mostra a mesma reação contra o secularismo, que é entretanto o problema mais agudo que a pastoral hoje enfrenta na área política.

Atacar indiscriminadamente toda tentativa de viver a fé no político como cristandade — não é o que fazem quase toda semana nossos grandes jornais burgueses? Dizer que as romarias da terra, os acampamentos” e as “ocupações pacíficas de terras ociosas — iniciativas essas que hoje se fazem sob o signo pregnante da religião popular — dizer que isso tudo cheira a cristandade é já cair na brincadeira e fazer o jogo da burguesia, que quer ver a “religião na sacristia”.

Não acredito que, do ponto de vista de um partido realmente do povo, “articulações” livres de cristãos sejam empecilho. Ao contrário, essas articulações se fazem no interesse do partido e de seu caráter popular. Elas agem como sal, no sentido de ajudar a conservar a natureza autêntica de um partido realmente do povo.

De resto esse “conduto político popular” não está ainda feito, mas está em **processo**. Portanto, não se trata aqui simplesmente de entrar numa casa feita, mas de entrar num canteiro de obras. E, para esse mutirão, a fé cristã não tem nada a levar?

4. Tem a fé uma “palavra essencial” a dizer no campo político?

Ou seria a fé apenas **revelação** do “sentido divino” da história humana? Mas a fé não tende, por seu dinamismo interno, à encarnação, inclusive no plano político? Ela não busca irremovivelmente se investir nas práticas políticas e informá-las de dentro?

Isso afirmaram muitos pensadores, cristãos (como Etienne Gilson) e não-cristãos (como A. Gramsci). E isso é o que sentem os cristãos. Ora, a “articulação política” dos cristãos não poderia estar respondendo ao próprio movimento intrínseco da fé: **fides quaerens politicam**?

Voltar à objeção de “cristandade” é não ver isto: não se leva a Igreja para o partido, mas sim a fé. Esta é aí vivida não como **confissão**, mas como inspiração ético-utópica.

Agora, dizer que é impossível dissociar a fé e Igreja, que não há como distinguir “agir em nome da fé” e “agir em nome da Igreja” é como dizer que é impossível dissociar amor e casamento, justiça e lei, poder e Estado, e assim por diante. É que não se captou ainda a distinção entre uma fé secular, leiga, e uma fé confessional, religiosa — dois momentos essenciais da mesma fé cristã.

Se o cristianismo não é uma ética, produz contudo éticas; se não é ideologia, cria porém ideologias; se é escatológico é também histórico.

A questão radical aqui é esta: A fé é historicamente relevante? Que a fé tenha uma “palavra essencial” a dizer na política, este é um problema (e uma convicção) que diz respeito aos cristãos. A sociedade, a rigor, não tem nada a ver com isso. Basta-lhe **respeitar** as diferentes convicções religiosas e garantir-lhes o legítimo espaço de expressão.

Agora, pegando a questão pelo ângulo puramente político, volta a pergunta: É possível neste continente religioso e oprimido fazer política de massa sem mexer com a religião? É historicamente possível ao nosso povo construir uma sociedade nova prescindindo do que constitui sua identidade cultural? Na América Latina, não levar em conta o lado religioso em política é reduzir-se a uma política puramente de intelectuais e de quadros. E nisso não há novidade nenhuma com respeito à velha política ainda vigente.

IV. ALGUNS PROBLEMAS ESPECÍFICOS

1. O novo modelo de Igreja está por trás da prática política dos cristãos?

Como dissemos, a nova proposta de engajamento político dos cristãos se vincula ao novo processo da “Igreja das CEBs” dentro do marco mais amplo da grande Igreja. Trata-se de um modelo de Igreja que procura vencer a rígida divisão

do trabalho entre clero (para as funções internas) e laicato (para a missão no mundo). Ela quer ser uma Igreja voltada toda para dentro e voltada toda para fora, sem prejuízo da diversidade dos serviços (bispo, padre, ministro, leigo, etc.). Ela é toda inteira participativa (dentro) e libertadora (fora).

Só uma Igreja assim, com suas estruturas internas “democratizadas”, onde o leigo assume com todo o direito seu lugar, permite ao leigo comprometido enraizar-se de tal modo em seu organismo vivo que esse leigo não fique mais exposto ao famoso “descolamento”. Nisso Frei Betto tem razão. Contudo, é preciso sempre pensar esse “acesso ao poder” do leigo na Igreja em termos de outra imagem de Igreja, onde o poder é serviço e onde a “disputa pelo poder” se converte no esforço por fazer valer os “carismas” que o Espírito derramou sobre toda a comunidade e sobre cada um de seus membros.

Se a Igreja é toda inteira fora, como ela é toda inteira dentro, então é preciso que ela assuma por inteiro sua “laicidade”, sua dimensão secular (referência ao mundo). Enfim, o bispo e o padre também tem o seu “momento leigo”, na hora em que votam ou vão ao mercado... Isso não invalida a natureza própria da Igreja que é de caráter “religioso” e que a circunscreve dentro de certos “limites institucionais”. É pela sua **pastoral** (no caso a pastoral de acompanhamento dos cristãos engajados) que a Igreja já está toda presente no mundo (inclusive o padre), mas é pela sua **prática de fé** que um cristão (e não mais a Igreja como tal) fermenta este mesmo mundo. Isso não é dualismo (opositivo), mas dualidade (articulável).

2. O papel da instituição eclesial na formação política.

Não cabe à Instituição da Igreja “ensinar” a fazer política, de modo doutrinário e “bancário”. Trata-se antes de abrir espaços físicos e pastorais para que os envolvidos possam dis-

cutir seus problemas. Isso não dispensa uma assessoria pastoral que acompanhe a discussão e que possa dar uma palavra de orientação ética e religiosa (pois, afinal, a fé possui a sua positividade: pode e deve ser anunciada). Mas esse papel não precisa ser necessariamente exercido por um padre ou irmã, mas pode muito bem ser assumido por um cristão leigo conscientizado.

Dizer que a intervenção da instituição eclesial, através de uma “pastoral da política partidária”, leva ao atrelamento clerical ou ao paternalismo eclesiástico — como suspeitam alguns — é desconhecer toda a metodologia de automatização que hoje adota a pastoral popular. Esta pode muito bem ser um serviço e não uma tutela. Quando se recusa colocar a prática política dos leigos “à sombra do espaço eclesial” pode-se perguntar: “Eclesial” de que tipo de Igreja? Ora, o que vem emergindo e sendo proposto a partir das bases se situa dentro do processo do “novo modo de ser Igreja”. Sua metodologia pastoral é “trabalhar-com” e não simplesmente “trabalhar para”.

3. O novo tipo de militante

Sente-se constrangimento crescente em usar a palavra “militante” nas bases da Igreja. Por quê? Porque essa designação tem conotações castrenses e marciais. Ela faz lembrar o velho combatente político, militante, exclusivamente entregue à luta política, a ponto de considerar as questões do sentimento e da contemplação como algo exterior à vida e à própria luta. A mentalidade exclusivista “só luta” gera a obsessão pelo poder, o golpismo, o vanguardismo e finalmente a “alienação na práxis” que é o ativismo.

Ora, não é assim o “novo militante” que se está formando na base. Ele é qualitativamente distinto do militante clássico: ele concebe a política como recobrando toda a vida, inclusive a sentimental e a religiosa, e se concebe mais a serviço do processo de libertação popular que como fonte de toda ação. Se a realidade é qualitativamente

nova, não será bom empregar um vocabulário também novo? Por que, em vez de “militante” não usar termos como “agente político” (como se diz “agente de pastoral”) ou coisa parecida? E em vez de falar em “quadros” e “líderes”, que lembram outros sistemas de referência, por que não dizer simplesmente “dirigentes políticos” ou coisa do gênero? Já neste texto procuramos evitar o vocabulário da “militância”, para falar mais simplesmente em cristãos “engajados” ou “comprometidos”.

4. A lógica da prática política: por uma nova ética política.

É verdade, os cristãos que vêm das bases precisam ainda aprender a jogar pelas regras do jogo, próprias da esfera política, regras estas que não são as mesmas de sua comunidade de base. O político é o mundo da luta pelo poder, da busca do consenso das massas, das conjunturas cambiantes, etc. Ora, tudo isso exige uma competência particular que é justamente a habilidade política (que articula objetivos, estratégias e táticas). Por isso, não dá para passar sem salto do nível comunitário (micro) para o nível societário (macro). Essa passagem de nível dificulta, ela também, a permanência na comunidade de um cristão engajado.

Contudo, se uma coisa é assumir as regras do campo político, outra coisa é entrar nas “jogadas” dos partidos burgueses que dominam essa área do campo e a marcam com sua “ética”: verticalismo, “rapinagem” e outros vícios (como lembra L. E. Wanderley, nº 3). O “militante” ou “líder” cristão deverá certamente levar em conta o primeiro nível (o político), mas não poderá seguir o segundo (as políticas burguesas). Tem antes que seguir a consignação evangélica, que manda ser sim “prudente como a serpente”, mas também “simples como a pomba”. E aqui nasce a necessidade de se elaborar a partir das práticas, uma “nova ética política”, que tenha como idéia condutora o ideal do “homem novo”, de ressonân-

cias bíblicas, históricas e políticas evidentes.

5. Entre a fé e a política, a ideologia

Eis mais uma questão séria a ser aqui enfrentada. Frei Betto, diz em idéias seguras e claras: essa ideologia necessária é o marxismo. Pedro Ribeiro concebe "ideologia" de maneira mais pragmática: é a "teoria imediata da prática política", que guia e justifica uma prática e é princípio de aglutinação política. Poder-se-ia conceber vários níveis de "ideologia" na medida em que ela vai mediando a teoria na direção da prática.

Nesse sentido, pode-se pertungar se a própria Teologia da Libertação (como aliás também a Doutrina Social da Igreja) já não pode ser considerada uma espécie de "ideologia", na medida em que procura aproximar a fé da realidade histórica. Se for verdade, então não bastaria essa ideologia (teológica) para identificar e aglutinar os "militantes" cristãos (não digo todo um partido)?

Contudo, a questão de fundo, ligada à questão da "articulação política dos cristãos" é a seguinte: o que a fé (sua visão) pode dar à ideologia? Ou melhor: como a fé se pode concretizar numa ideologia? Pois a fé tem uma concepção (diz coisas) a respeito do homem, da sociedade e do mundo. Dito ao inverso e de modo mais provocador: É possível elaborar uma ideologia satisfatória prescindindo do horizonte da fé? É possível ser **radicalmente** revolucionário sem perspectiva de fé? E aqui é suficiente uma transcendência horizontal (justiça, povo, pobre revolução), para realizar um mundo plenamente humano? Mais na base ainda: é possível montar um projeto histórico sem admitir certos pressupostos de caráter metafísico e mesmo teológico (visão global da realidade ou cosmovisão)?

Para os cristãos, há certos valores humanos que **só se vêem bem** à luz da fé (dignidade do pobre, valor sagrado de toda pessoa humana, o homem e

a mulher como sujeitos de toda a vida social, etc). É o que R. Guardini não se cansava de repetir, na linha, de resto, da grande tradição teológica.

Se for assim, o cristão se sentirá impelido a levar para dentro do mundo político esse fermento, sem por isso obrigar quem quer que seja a confessar as mesmas convicções religiosas. Pois quem diz "fermento" diz necessariamente "poucos". É um serviço que ele pode prestar por sua conta mas em benefício dos demais.

CONCLUSÃO

Estamos sem dúvida vivendo tempos novos, tanto no nível do movimento popular como no nível da Igreja. Há realmente um "novo processo eclesial" que está fazendo caminho. E aí dentro está surgindo também um novo tipo de "militante" cristão. É preciso estar atento a esse inédito histórico, lançar sobre ele um olhar novo, evitando julgá-lo à luz dos "antecedentes históricos". É preciso recuperar a memória histórica das experiências políticas dos cristãos, mas não para cair no "recurso vulgar de negar as possibilidades do futuro apelando para as experiências do passado" (Kant), mas para captar o "novo" como "novo" e perceber as "novas possibilidades históricas" que estão se abrindo. É ilegítimo passar do nível da realidade ao dos princípios. Porque a cristandade medieval teve suas falhas, não quer isso dizer que a fé não tenha possibilidades novas de se realizar na história. Porque os cristãos não são (ainda) o "sal" da terra, não quer dizer que se deva atirar a fé pela janela, mas sim aqueles cristãos insossos.

O Evangelho possui virtualidades que ainda não foram atualizadas na história. Contém sementes que esperam o tempo de germinar. Será que não nos encontramos às vésperas de uma nova fase da história da fé e da fé na história? Por isso, impõe-se aqui muita vigilância e ouvidos atentos às novas vozes do Espírito. "À música nova — ouvidos novos!"